

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 124/2025  
Data: 28/08/2025



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
TCU DEFINE AJUSTES NO LEILÃO DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ EM REUNIÃO COM OS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL .....	4
OUTORGA BILIONÁRIA PREVISTA PARA MEGATERMINAL EM SANTOS FICARÁ COM A AUTORIDADE PORTUÁRIA; ENTENDA.....	5
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>7</b>
AGÊNCIA PUBLICA EDIÇÃO ESPECIAL DA REVISTA BLUE RESEARCH .....	7
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF</b> .....	<b>7</b>
PORTO DE VILA DO CONDE MOVIMENTA 9,5 MILHÕES DE TONELADAS E LIDERA MOVIMENTAÇÃO NA REGIÃO NORTE EM 20257	
INVESTIMENTOS AVANÇAM EM NOVAS OBRAS E MANUTENÇÃO DE PORTOS FLUVIAIS .....	9
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA ORDEM DE SERVIÇO PARA DRAGAGEM DO PORTO DE SUAPE .....	10
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF</b> .....	<b>11</b>
EM GUARULHOS, RENAN FILHO ANUNCIA ENTREGA DE DOIS COMPLEXOS VIÁRIOS NA DUTRA .....	11
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEBATE EXPANSÃO DAS FERROVIAS REGIONAIS EM EVENTO SOBRE MOBILIDADE, NESTA QUARTA-FEIRA (27).....	11
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>12</b>
EDITORIAL – PREPARATIVOS PARA A RETOMADA DA TRANSNORDESTINA.....	12
NACIONAL - HUB – CURTAS - GOVERNO FEDERAL PREPARA DOIS PL’S PARA REGULAR PLATAFORMAS DIGITAIS.....	13
<i>As propostas buscam estabelecer regras claras, com foco em responsabilização, transparência e combate à concorrência desleal.....</i>	<i>13</i>
<i>Projetos de lei.....</i>	<i>13</i>
<i>Isonomia .....</i>	<i>13</i>
<i>Ciência na COP30.....</i>	<i>13</i>
<i>Voz de esperança.....</i>	<i>14</i>
<i>Remoção do CO2.....</i>	<i>14</i>
NACIONAL - BRASIL ESTÁ PRONTO PARA ENFRENTAR TARIFAÇÃO DOS EUA, AFIRMA HADDAD .....	14
NACIONAL - BRASIL E MÉXICO FIRMAM NOVAS PARCERIAS EM BIOCOMBUSTÍVEIS, AGRO E COMÉRCIO .....	15
REGIÃO SUDESTE - TCU MANTÉM LEILÃO DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ PARA 5 DE SETEMBRO .....	17
NACIONAL - APS ABRE LICITAÇÃO PRA REFORÇAR FROTA DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO NO PORTO DE SANTOS .....	18
REGIÃO SUDESTE - SP E MINISTRO DO CANADÁ DISCUTEM ACORDO DO PAÍS COM O MERCOSUL .....	19
REGIÃO SUDESTE - VAST INICIA CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE TANCAGEM DO TERMINAL DE LÍQUIDOS DO AÇU .....	20
REGIÃO NORDESTE - GOVERNO PREPARA EDITAL PARA RETOMAR OBRAS DA TRANSNORDESTINA EM PE.....	21
REGIÃO NORDESTE - ITAQUI ABRE INSCRIÇÕES PARA PROGRAMA PIONEIRO DE RESIDÊNCIA EM INOVAÇÃO .....	22
<b>BAHIA ECONÔMICA - BA</b> .....	<b>23</b>
BRAVA ANUNCIA NOVO MODAL PARA VENDA DE GÁS NA BAHIA .....	23
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>24</b>
DIRETORA EXECUTIVA DA COP 30 DIZ QUE HOSPEDAGEM EM BELÉM 'MELHOROU BASTANTE' E MAIS PAÍSES CONSEGUIRAM ACOMODAÇÕES .....	26
BNDES ESTUDA PARAR COBRANÇA DE EMPRÉSTIMOS DE EXPORTADOR CONTRA TARIFAÇÃO, E MERCADANTE DEFENDE JURO SUBSIDIADO.....	27
JULGAMENTO NO STF SOBRE 'PEJOTIZAÇÃO' NÃO VAI INCLUIR TRABALHO POR APLICATIVO .....	29
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>29</b>
LULA AUTORIZA ABERTURA DE PROCESSO PARA APLICAÇÃO DA LEI DE RECIPROCIDADE CONTRA OS ESTADOS UNIDOS .....	29
‘NÃO VOU POLUIR DEBATE DA REFORMA ADMINISTRATIVA COM AJUSTE FISCAL’, DIZ RELATOR .....	31
OPERAÇÃO CARBONO OCULTO: ILEGALIDADE É UM CÂNCER QUE TOMA CONTA DO NOSSO PAÍS, DIZ OMETTO, DA COSAN....	33
PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO PARA LOGÍSTICA NA AMAZÔNIA É CRÍTICO PARA DEMANDAS DE CURTO PRAZO .....	34
BRASIL APLICA MEDIDA ANTIDUMPING EM IMPORTAÇÕES DE RESINAS DE POLIETILENO DOS EUA E DO CANADÁ.....	36
JUSTIÇA DECRETA A PRISÃO DE CHEFES DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA QUE LAVOU DINHEIRO NA FARIA LIMA.....	37
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>38</b>
EUA E PANAMÁ PEDEM FORÇA-TAREFA DO CONSELHO DE SEGURANÇA CONTRA GANGUES NO HAITI.....	38
GOVERNO FEDERAL EXPLICA OPERAÇÃO PARA APURAR ATUAÇÃO DO PCC NO SETOR DE COMBUSTÍVEIS; ASSISTA .....	39
AO MENOS R\$ 7,6 BI DEVEM SER BLOQUEADOS JUDICIALMENTE PELA OPERAÇÃO CARBONO OCULTO .....	40
PORTO PERUANO OPERADO PELA CHINA AMBICIONA VIRAR ‘HUB’ DAS AMÉRICAS CENTRAL E DO SUL .....	41



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 124/2025  
Página 3 de 51  
Data: 28/08/2025  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>43</b>
INVESTIMENTOS EM PORTOS FLUVIAIS SOMAM MAIS DE R\$ 770 MILHÕES DESDE 2019, DIZ MPOR.....	43
BRASIL E PANAMÁ FIRMAM MEMORANDO DE COOPERAÇÃO EM LOGÍSTICA E COMÉRCIO EXTERIOR .....	44
CÂMARA DE NITERÓI DEVE VOTAR PL PARA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DO SETOR NAVAL NA PRÓXIMA SEMANA.....	44
TCP COMPRA NOVO ÔNIBUS ELÉTRICO PARA TRANSPORTE DE TRABALHADORES EM SEU TERMINAL .....	45
ORDEM DE SERVIÇO PARA DRAGAGEM DE SUAPE SERÁ ASSINADA NESTA SEXTA (29) .....	46
ARTIGO - DECISÃO DA ANTAQ SOBRE TAXA DE CONTÊINERES E DECISÃO DA RECEITA QUE REDUZ BUROCRACIA FACILITAM VIDA DO IMPORTADOR.....	46
TECON SANTOS 10: ÁREA TÉCNICA DO TCU RECOMENDA LEILÃO EM ETAPA ÚNICA.....	48
ARTIGO - TECON SANTOS 10 E AS PREOCUPAÇÕES CONCORRENCIAIS .....	49
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>51</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="http://LINKEDIN.COM">LINKEDIN.COM</a> .....	51



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### TCU DEFINE AJUSTES NO LEILÃO DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ EM REUNIÃO COM OS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL

Tribunal de Contas da União havia apontado falhas na modelagem da Parceria Público-Privada para a obra

**Por Maurício Martins 28 de agosto de 2025**



**Ministro Bruno Dantas (com papel na mão) recebeu ontem representantes dos governos Estadual e Federal (Divulgação)**

Representantes dos governos Federal e Estadual participaram de reunião, nesta quarta (27), com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas, em Brasília, e definiram os ajustes necessários na modelagem para leilão do túnel imerso Santos-Guarujá, cujo certame está marcado para o próximo dia 5 de setembro, na Bolsa de Valores (B3), em São Paulo. Eles garantem que não haverá atraso no

cronograma.

Na última quinta-feira, Dantas, que é relator do projeto do túnel na Corte de Contas, esteve em Santos visitando as áreas por onde a ligação seca vai passar, incluindo uma passagem de barco pelo canal de navegação. Na mesma data, o ministro fez um despacho identificando possíveis fragilidades na Parceria Público-Privada (PPP) para a construção do empreendimento. Ele apontou falhas que poderiam comprometer a segurança jurídica, a governança e a adequada aplicação de recursos da União na obra.

A reunião de ontem teve como objetivo reforçar a segurança jurídica do empreendimento, disse o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini. Com as adequações indicadas pelo TCU, a parceria entre a APS, o Governo Federal e o Governo do Estado será ainda mais fortalecida, assegurando a governança necessária para a execução desta que é, hoje, seguramente, a obra mais importante do Brasil.

Além de Pomini, participaram do encontro o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a secretária estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, e representantes da Advocacia-Geral da União (AGU).

O resultado esperado é que, superadas as questões apontadas, a implantação do túnel prossiga conforme o cronograma estabelecido, consolidando um marco histórico para a integração entre Santos e Guarujá e para o desenvolvimento nacional, reforçou o presidente da APS.

Procurado, o Governo do Estado não se manifestou sobre a reunião.

#### **Apontamentos**

No documento da semana passada, o ministro Bruno Dantas, relator do processo na Corte, aponta que a auditoria técnica do TCU listou quatro pontos críticos na modelagem.

O primeiro é a matriz de riscos, considerada genérica e incompatível com a complexidade de um túnel imerso no principal porto do País. Outro problema está na governança interfederativa. O

Tribunal constatou que não há instância formal de deliberação entre União, Estado e APS. Essa lacuna teria permitido decisões unilaterais, como o aumento de cerca de R\$ 840 milhões no valor contratual pelo Estado, sem pactuação prévia com os entes federais.

A indefinição sobre a titularidade do ativo também é vista como falha. O contrato prevê que, ao fim da concessão, o túnel seja de propriedade do Governo Estadual, mas o empreendimento será feito em área da União e com repasse federal relevante.

O quarto ponto destacado é a ausência de instrumento jurídico que formalize o aporte da APS. Sem definição clara sobre o mecanismo de repasse, execução e controle, a situação gera insegurança jurídica, dificulta a fiscalização e fere o próprio Convênio de Delegação de Competências que rege a participação da estatal portuária.

Apesar das fragilidades, o TCU indicou que os problemas poderiam ser resolvidos com ajustes no convênio.

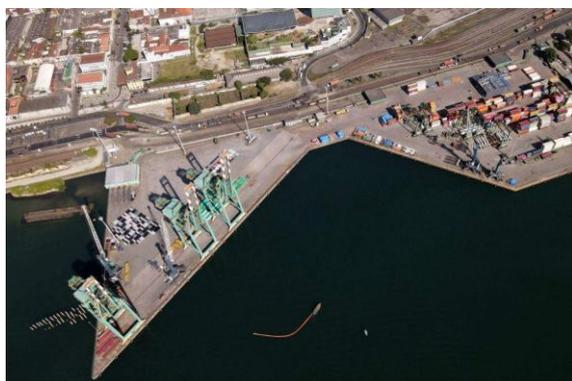
*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 28/08/2025*

### **OUTORGA BILIONÁRIA PREVISTA PARA MEGATERMINAL EM SANTOS FICARÁ COM A AUTORIDADE PORTUÁRIA; ENTENDA**

Governo Federal garante que montante pago pela empresa que assumir terminal será usado no cais santista

**Por Ted Sartori 28 de agosto de 2025**



**Valor pago pela empresa vencedora ao Poder Público deve passar de R\$ 1 bilhão e será usado em projetos no Porto de Santos, afirma MPor (Alexsander Ferraz/AT)**

O valor de outorga referente ao Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó (STS10), no Porto de Santos, será direcionado ao caixa da Autoridade Portuária de Santos (APS), garante o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). Trata-se do montante pago pela empresa vencedora do leilão ao poder público para obter o arrendamento da área.

Ganha o certame a que oferecer a maior quantia.

A minuta de edital não estabelece um valor mínimo de outorga, que será resultado da livre iniciativa dos participantes da concorrência. Porém, A Tribuna apurou que o total não deve ficar abaixo de R\$ 1 bilhão.

Segundo o MPor, também não será definido onde a APS utilizará esse recurso. “O valor da outorga é destinado à Autoridade Portuária, que possui a autonomia para realizar os investimentos dentro das regras estabelecidas nas normas de gestão pública das empresas estatais”, ressalta a pasta.

Procurada para explicar em quais projetos do Porto de Santos poderia investir o dinheiro, a APS não quis se manifestar. A gestora do complexo santista disse que adotou o silêncio. Em nota, a APS informou que “somente irá comentar sobre o projeto de concessão do Tecon Santos 10 após posicionamento do Tribunal de Contas da União (TCU)”. O edital aguarda decisão da Corte de Contas para que o processo avance.

**Fica na cidade**



A Prefeitura de Santos entende que foi um avanço importante o fato de a outorga permanecer na Cidade, administrada pela APS.

“Isso garante que os recursos estejam disponíveis para apoiar o planejamento e viabilize melhorias estratégicas que contribuem para a competitividade do complexo, consolidando-o como um hub port nacional. Contudo, trata-se de um recurso federal, definido pela União e não administrado pelo Município”, comenta, em nota.

### **Ativo**

O Tecon Santos 10 será o maior terminal de contêineres da América do Sul. Ele ocupará 621,9 mil metros quadrados (m<sup>2</sup>), com capacidade para 3,25 milhões de TEU (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) ao ano, além de 91 mil toneladas de carga geral.

Com previsão de investimentos de R\$ 6,45 bilhões no terminal, o prazo do contrato será de 25 anos, com início da vigência previsto para 2026. O leilão está previsto para o próximo mês de dezembro.

O megaterminal deve viabilizar a transferência do Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, de Outeirinhos para o Valongo. Para isso, o futuro arrendatário terá obrigação de construir a laje para a instalação do terminal de cruzeiros.

Para especialistas, quanto mais participantes, maior valor. O consultor portuário Rodrigo Paiva, diretor da Graf Infra Consulting, argumenta que o formato do leilão do Tecon Santos 10 irá determinar o crescimento ou a queda do valor de outorga.

O modelo, estabelecido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), proíbe a participação de empresas que já possuem terminais de contêineres no complexo santista. A palavra final, porém, cabe ao Tribunal de Contas da União (TCU), que ainda analisa o edital.

“No cenário com maior número de participantes (sem restrição), observa-se um apetite mais robusto pelo terminal, com potencial para ofertas mais elevadas na outorga. A presença dos incumbentes intensifica a competição, considerando sua capacidade financeira consolidada e conhecimento técnico especializado do mercado santista”, diz ele.

Caso a restrição seja mantida, Paiva acredita que a tendência é gerar menor disputa competitiva. Consequentemente, menor valor de outorga”, argumenta.

O consultor portuário Luis Claudio Montenegro também defende a competição plena entre as empresas justamente como forma de se obter um melhor valor.

“A participação plena traz dois resultados importantes: o primeiro ligado à disputa por meio do valor de outorga”, diz ele. “Além disso, os ganhos da competição plena estão associados à escolha da melhor proposta, evitando escolhas subótimas”, emenda.

Montenegro acrescenta que os investimentos com o valor de outorga devem ser discutidos de forma estruturada. “O Porto tem instrumentos para isso. O planejamento, por meio do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto (PDZ) deve ser um instrumento de Estado e não de governo”.

### **Restrição**

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) argumenta que a medida restritiva no leilão visa garantir a entrada de novos players no mercado, proteger os usuários contra práticas de discriminação e evitar riscos regulatórios e condutas anticompetitivas no Porto de Santos.



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

### AGÊNCIA PÚBLICA EDIÇÃO ESPECIAL DA REVISTA BLUE RESEARCH

Os artigos são inéditos e abrangem temas como inovação, direito, logística, sustentabilidade e regulação



Brasília, 28/08/2025 - Com o objetivo de consolidar a contribuição feminina para o setor e fortalecer a produção científica, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) publicou edição especial da revista Blue Research somente com textos produzidos por mulheres.

A publicação reuniu nove artigos inéditos de 12 autoridades no setor portuário. Entre os temas abordados estão sustentabilidade, inovação e governança no setor aquaviário; autoequilíbrio

contratual, regulação tarifária, descarbonização, matriz de risco e temas correlatos.

A diretora Flávia Takafashi, que auxiliou no processo de elaboração da publicação, destacou que “esta é uma oportunidade para dar visibilidade ao trabalho de mulheres, destacando o papel fundamental delas no avanço do conhecimento científico e técnico relacionado ao setor aquaviário”.

#### Sobre a revista

A expectativa é que a Blue Research seja uma plataforma essencial para a divulgação de pesquisas e estudos científicos de alta qualidade, abordando temas relevantes para a sustentabilidade, governança e desenvolvimento do transporte aquaviário. Além de ser um instrumento de consolidação das melhores práticas globais e de inovação tecnológica ao setor.

Com o aumento do compromisso da ANTAQ em gerir e consolidar conhecimento, entendeu-se a necessidade da criação de uma revista que centralizasse e auxiliasse na produção científica para o aprimoramento do setor aquaviário brasileiro.

A iniciativa também contribui ativamente para a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2021-2030), iniciativa global da ONU voltada para a promoção da conservação e do uso sustentável dos oceanos.

**Fonte:** ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone:** (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** [asc@antaq.gov.br](mailto:asc@antaq.gov.br)

**Data:** 28/08/2025



### **Porto de Vila do Conde movimentou 9,5 milhões de toneladas - Foto: Aescom/MPor**

O Porto de Vila do Conde, no Pará, se consolidou como o principal terminal da Região Norte no primeiro semestre de 2025. Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o porto movimentou 9,5 milhões de toneladas, liderando a região que, no total, transportou 29 milhões de toneladas no período.

Atrás de Vila do Conde, outros destaques foram os terminais de Santarém (7,2 mi/ton), Santana (1,8 mi/ton), Belém (1,4 mi/ton) e Porto Velho (1,2 mi/ton). A posição estratégica desses portos é

fundamental para o escoamento de produtos agrícolas, minerais e industriais, conectando a produção local aos mercados nacional e internacional.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, os resultados reforçam a força e o papel estratégico da Região Norte. “Esses números confirmam o avanço em eficiência logística e a competitividade do setor. Estamos trabalhando para garantir que o agronegócio e outros segmentos da economia nacional se fortaleçam por meio de nossas rotas”, afirmou.

Entre os meses de janeiro e junho, a soja foi a mercadoria de maior destaque, com 7,7 milhões de toneladas transportadas. Esse volume representa 36,5% do total e um crescimento de 11,39% em relação ao mesmo período de 2024. Outros itens importantes foram produtos químicos e adubos (2,6 mi/ton cada), além da bauxita (2,1 mi/ton) e petróleo e derivados (1,2 mi/ton).



A movimentação de contêineres também apresentou um crescimento expressivo. O volume passou de 5,58 milhões para 5,94 milhões de toneladas no comparativo entre os primeiros semestres de 2024 e 2025, impulsionado por aprimoramentos logísticos.

O crescimento se reflete também nas importações, que registraram alta de 14,67% no semestre. A localização estratégica da Região Norte, próxima ao Arco Norte, oferece uma rota mais

competitiva para a Europa, Estados Unidos e Ásia, servindo como uma alternativa eficiente aos portos do Sudeste e Sul do país.

Com investimentos superiores a R\$3 bilhões, a Região Norte será a principal beneficiada pelo novo pacote do Governo Federal voltado à implantação e ampliação de Terminais de Uso Privado (TUPs). Serão cinco empreendimentos, distribuídos entre Pará e Amapá, com foco na modernização e ampliação da capacidade portuária para atender à crescente demanda por granéis sólidos e líquidos, alinhados ao perfil exportador da região.

Com os resultados do primeiro semestre, os portos da região reafirmam sua posição como eixo logístico fundamental, contribuindo para diversificar as rotas de exportação do Brasil e ampliar a competitividade do agronegócio e da indústria nacional nos mercados internacionais.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF  
Data: 28/08/2025

## INVESTIMENTOS AVANÇAM EM NOVAS OBRAS E MANUTENÇÃO DE PORTOS FLUVIAIS

Mais de R\$ 770 milhões já foram investidos na instalação de novas unidades e na manutenção e revitalização das já existentes



### **Investimentos avançam em novas obras e manutenção de portos fluviais - Foto: Divulgação**

As Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) se consolidam como parte essencial da infraestrutura de transporte das regiões ribeirinhas. Em reconhecimento a toda essa importância, o Governo Federal já destinou mais de R\$ 770 milhões para a construção, manutenção e revitalização dos chamados “Portinhos”.

De acordo com a Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN), considerando os valores investidos na construção, manutenção e revitalização desses portos fluviais, somente a partir de 2023 já foram aplicados cerca de R\$ 390 milhões, valor que ultrapassa os R\$ 380 milhões investidos entre 2019 e 2022.

O ministro Silvio Costa Filho destacou que os portos fluviais são mais uma opção de transporte para a população do Norte do país, especialmente para a locomoção e o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas, pois garantem segurança no embarque e desembarque de passageiros e mercadorias. “Com esses investimentos estamos reafirmando nosso compromisso de levar desenvolvimento e inclusão às comunidades ribeirinhas. Os portos fluviais são mais do que estruturas: são polos de acesso a serviços essenciais para a população, como educação, renda e saúde”, afirmou.



### Obras entregues e em andamento

Hoje, há mais de 80 instalações portuárias de pequeno porte em operação na região amazônica, administradas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). E novas unidades continuam sendo entregues. Em junho deste ano, após uma completa revitalização que custou R\$ 11 milhões, entrou em operação a IP4 de Itacoatiara Antigo (AM). Em agosto foi a vez da nova IP4 de Barcelos (AM), com investimentos de R\$ 20 milhões e a expectativa de beneficiar cerca de 20 mil moradores. Ainda em 2025, está prevista a entrega do porto de Envira (AM), que recebeu investimento de R\$ 37,6 milhões.

Paralelamente, outras localidades seguem com obras em diferentes estágios. A IP4 de Fonte Boa (AM) já tem contrato assinado e ordem de início de serviços emitida. Já com editais lançados, estão as instalações portuárias de Tefé (AM), Tonantins (AM), Manaus (Moderna), Autazes (AM) e Porto Velho (RO). E com edital previsto, há mais 29

IP4 nos estados de Pernambuco, Amazonas, Pará, Maranhão, Bahia, Alagoas, Amapá e Acre.



### Programas de apoio

A expansão dos portos fluviais é acompanhada de iniciativas voltadas à gestão e modernização. O DNIT atua com diferentes programas, como o PROIP4, que garante a operação e manutenção contínua dos portinhos. Já o PROREVIT cuida da revitalização e recuperação estrutural. E o PROIMPLAN, para o planejamento a implantação de novos terminais em pontos estratégicos.

Essas ações incluem obras de dragagem, readequação de rampas e cais flutuantes, redes elétricas navais, além da instalação de sistemas modernos de monitoramento e atracação.

Mais do que números, as IP4 representam melhorias concretas para as comunidades ribeirinhas. Os portinhos permitem desde a chegada de barcos-hospitais com equipes médicas até o escoamento da produção local, como açaí, peixe e farinha, passando pelo transporte escolar e pelo turismo comunitário. A cada entrega ou revitalização, a população passa a contar com maior segurança, acessibilidade e conforto, mesmo em períodos de cheias e vazantes.

Com novas obras em andamento, revitalizações entregues e contratos em curso, o programa das IP4 reforça seu papel como instrumento de integração regional, desenvolvimento econômico e inclusão social na Amazônia Legal.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF*

*Data: 28/08/2025*

### **MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA ORDEM DE SERVIÇO PARA DRAGAGEM DO PORTO DE SUAPE**

Investimentos de R\$ 204 milhões vão permitir ampliar a profundidade do canal interno e aumentar a competitividade do terminal pernambucano

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, estará em Pernambuco nesta sexta-feira (29) para assinar a ordem de serviço que autoriza o início das obras de dragagem do canal interno do Complexo Portuário e Industrial de Suape, no município de Ipojuca.

Com investimentos de aproximadamente R\$ 204 milhões – sendo R\$ 104 milhões do governo do estado e o restante do governo federal –, a obra aumentará a profundidade do canal para 16,4 metros, permitindo a entrada de navios de grande porte, como porta-contêineres.

A dragagem é considerada estratégica para a expansão da movimentação de cargas em Suape e para a implantação do novo terminal de contêineres da APM Terminals (Maersk).

### **Atendimento à imprensa**

Após a cerimônia, o ministro concederá entrevista coletiva no próprio complexo portuário.

### **Serviço**

O quê: Assinatura da ordem de serviço para o início das obras de dragagem do canal interno do Porto de Suape.

Quando: Sexta-feira, 29 de agosto

Horário: 10h

Onde: Complexo Portuário e Industrial de Suape – Ipojuca (PE)

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF*

*Data: 28/08/2025*

## GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

### EM GUARULHOS, RENAN FILHO ANUNCIA ENTREGA DE DOIS COMPLEXOS VIÁRIOS NA DUTRA

Evento acontece nesta sexta (29); obras são estratégicas para a mobilidade da região

O ministro dos Transportes, Renan Filho, fará o anúncio da entrega de dois complexos viários estratégicos para a mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo. O evento acontece nesta sexta-feira (29), na região de Guarulhos (SP).

Um dos complexos é o novo viaduto que conecta a Via Dutra (BR-116) à Rodovia Hélio Smidt, principal acesso ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, o maior da América do Sul.

A segunda estrutura compreende três novos viadutos que fazem parte do entroncamento da Dutra com a Rodovia Fernão Dias, principal ligação entre São Paulo e Belo Horizonte.

As obras foram executadas pela RioSP, concessionária que administra a Rodovia Presidente Dutra.

Participam também da cerimônia o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França, parlamentares de São Paulo e outras autoridades da região.

#### Cobertura de imprensa

Não é necessário credenciamento prévio para os jornalistas interessados na cobertura do evento.

#### Serviço

Anúncio da entrega dos complexos viários Hélio Smidt e Fernão Dias

Data: Sexta-feira, 29 de agosto

Horário: às 12h

Local: Rodovia Presidente Dutra, BR-116 Km 219, Guarulhos (SP)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 28/08/2025

### MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEBATE EXPANSÃO DAS FERROVIAS REGIONAIS EM EVENTO SOBRE MOBILIDADE, NESTA QUARTA-FEIRA (27)

Encontro promovido pela ANPT trilhos discutiu a ampliação da malha ferroviária para integração territorial e redução dos impactos ambientais



**Ministério dos Transportes debate expansão e integração das ferrovias regionais em evento sobre mobilidade. – Foto: Marcio Ferreira/MT**

Com a crescente demanda por sistemas de logística eficientes e sustentáveis, as ferrovias regionais de passageiros foram o tema central do Conexão ANPT trilhos – Mobilidade Estruturante, realizado nesta quarta-feira (27), em Brasília (DF). Atualmente, o Ministério dos Transportes trabalha em seis projetos do modal e busca formas de torná-los viáveis para a sociedade.



"A utilização dos nossos ativos ferroviários e a busca por alternativas viáveis são essenciais para agregar valor à infraestrutura do Brasil", afirmou o chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes, Jefferson Vasconcelos.

Em 2025, o Brasil conta com apenas 1.137 quilômetros de trilhos operacionais para transporte urbano, o que equivale a uma média de 5,2 quilômetros por milhão de habitantes, número bem abaixo de países como China e Espanha, que ultrapassam os 30 quilômetros por milhão de habitantes. Para enfrentar esse desafio, o evento discutiu a implementação de um modelo sustentável de expansão regional, com governança colaborativa, marcos regulatórios modernizados e mecanismos de financiamento inovadores, fundamentais para atrair investidores privados.

"A coordenação interfederativa é essencial para garantir que todos sigam uma direção comum e possam atuar de forma efetiva", completou Vasconcelos.

A diretora-executiva da ANPTrilhos, Ana Patrícia Lira, detalhou os benefícios ambientais do transporte ferroviário. "Em 2024, os sistemas urbanos sobre trilhos transportaram 2,57 bilhões de passageiros, evitaram a emissão de 2,9 milhões de toneladas de poluentes e economizaram 1,2 bilhão de litros de combustíveis fósseis", disse. Ela ressaltou, no entanto, que a expansão do sistema requer uma mudança de mentalidade nas políticas públicas e maior integração física e tarifária.

### Cooperação público-privada

O diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, destacou que a mobilidade sustentável depende da integração entre os diferentes modais e da cooperação entre os setores público e privado. "Nenhum modo de transporte isolado resolve os desafios da mobilidade. A verdadeira solução está na integração e no diálogo constante entre os dois setores", concluiu.

### Conexão ANPTrilhos

Promovido pela Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos), o evento reuniu especialistas, representantes do setor público e privado, e membros da sociedade civil para discutir desafios e soluções para a mobilidade urbana e regional no Brasil. Também foram abordados temas como o Plano Estratégico de Mobilidade Urbana, o Marco Legal do Transporte Público e alternativas de financiamento para o setor.

A cerimônia de abertura contou com a presença do ministro da Casa Civil, Rui Costa; do ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho; do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Antônio Anastasia; da superintendente de Estruturação de Projetos do BNDES, Luciene Ferreira Monteiro Machado; e do presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Vander Costa.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF*

*Data: 28/08/2025*



**BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**EDITORIAL – PREPARATIVOS PARA A RETOMADA DA TRANSNORDESTINA**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A publicação do primeiro edital para a retomada das obras da Ferrovia Transnordestina em Pernambuco, prevista para ocorrer neste semestre, marcará um momento importante para o desenvolvimento da infraestrutura de transportes do Brasil. O projeto, que por mais de uma década permaneceu paralisado, agora recebe a atenção e terá o investimento necessário para se tornar uma realidade. A previsão de que a licitação comece até o final do ano e a meta de concluir a ligação entre Salgueiro e o Porto de Suape até 2029 demonstram um compromisso sério em finalizar a obra.

O diretor de Empreendimentos da Infra S.A., André Luís Ludolfo, resalta que o investimento previsto para o trecho é de R\$ 3,5 bilhões, com recursos do Ministério dos Transportes e a possibilidade de



emendas parlamentares. A Transnordestina, com 1.200 quilômetros de extensão, é uma das maiores obras logísticas do País, projetada para conectar o interior do Nordeste aos portos de Suape e Pecém (CE), escoando a produção agrícola e mineral da região.

A importância do modal ferroviário e de sua expansão para o desenvolvimento econômico do Brasil é um tema central. Em um país de dimensões continentais, a dependência do transporte rodoviário gera custos elevados, ineficiência e impacto ambiental. A Transnordestina, ao permitir o transporte de grandes volumes de grãos, fertilizantes, cimento e minérios por via férrea, pode reduzir significativamente os custos logísticos, tornando a produção do Nordeste mais competitiva no mercado global. A ferrovia é, portanto, um investimento não apenas em infraestrutura, mas na capacidade de o Brasil competir e se desenvolver economicamente.

A necessidade da conclusão da Transnordestina para ajudar a solucionar um dos principais problemas logísticos do Nordeste, que é a falta de acesso ferroviário aos portos locais, é um ponto fundamental. A região do Matopiba (sigla de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), por exemplo, um dos novos fronts agrícolas do País, precisa de um escoamento eficiente para sua produção. A ferrovia, ao ligar o interior do Nordeste aos portos de Suape e Pecém, oferece uma solução direta e de longo prazo para esse gargalo.

Deve-se destacar que o envolvimento do Governo Federal e a alocação de R\$ 1,4 bilhão em recursos mostram que a Transnordestina é uma prioridade nacional. A conclusão da obra, que mobilizará até 8 mil trabalhadores, não apenas resolverá um problema logístico, mas também gerará empregos, renda e desenvolvimento para toda a região, garantindo um novo impulso ao desenvolvimento econômico do Nordeste e do Brasil.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 28/08/2025**

## **NACIONAL - HUB – CURTAS - GOVERNO FEDERAL PREPARA DOIS PL'S PARA REGULAR PLATAFORMAS DIGITAIS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### **AS PROPOSTAS BUSCAM ESTABELECEER REGRAS CLARAS, COM FOCO EM RESPONSABILIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CONCORRÊNCIA DESLEAL**

O Governo Federal prepara dois projetos de lei para regular plataformas digitais, com foco em responsabilização e regulação econômica. A informação foi dada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, em entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, nessa quarta-feira, dia 27. As propostas buscam estabelecer regras claras, com foco em responsabilização, transparência e combate à concorrência desleal.

#### **PROJETOS DE LEI**

Segundo o ministro, a concentração de poder de mercado nas mãos de poucas grandes empresas afeta a informação e a economia do setor. “A regulação consiste em um projeto para tratar de impedir crimes e outro que trata de igualar, dar as mesmas condições de competição entre os diversos veículos”, explicou Costa. Ele destacou que a discussão sobre as “big techs” não se limita à prevenção de crimes, mas também à regulação econômica.

#### **ISONOMIA**

O ministro defendeu a isonomia entre os veículos tradicionais (como TVs e rádios) e as plataformas digitais, que “arrecadam muito e não contribuem com nada”. Costa apontou que as plataformas não pagam os mesmos impostos e contribuições que outros veículos de mídia, o que cria uma competição “muito desigual”.

#### **CIÊNCIA NA COP30**

Um grupo de 11 cientistas, liderado pela pesquisadora Thelma Krug, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), irá fornecer dados técnicos para a delegação brasileira durante as negociações da COP30 em Belém. O Conselho Científico sobre o Clima, composto por seis

brasileiros e cinco estrangeiros, dará suporte direto ao presidente da conferência, o embaixador André Corrêa do Lago.

### VOZ DE ESPERANÇA

Thelma Krug, que já foi vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), demonstrou otimismo em relação ao evento, apesar dos desafios. “Temos que levar uma voz de esperança. Só vemos notícias ruins sobre a emergência climática, o que tem provocado problemas de saúde mental, principalmente nos mais jovens”, disse ela em um evento no Rio de Janeiro. “Já fizemos muita coisa e precisamos agir para buscar nossas metas na COP30”.

### REMOÇÃO DO CO2

O grupo de cientistas recentemente focou seus debates em métodos de remoção de dióxido de carbono da atmosfera, pois entende que será muito difícil atingir a meta de emissão zero até 2050 para limitar o aquecimento global em 1,5°C. Entre as soluções discutidas estão o reflorestamento em larga escala e a injeção de CO2 em sítios geológicos oceânicos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 28/08/2025

## NACIONAL - BRASIL ESTÁ PRONTO PARA ENFRENTAR TARIFAÇÃO DOS EUA, AFIRMA HADDAD

Em entrevista, ministro cita reservas internacionais, crédito emergencial e abertura de novos mercados; também promete revisão do marco da mineração e reforma da renda

Da Redação [redacao.jornal@redebnews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebnews.com.br)



***O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que é importante colocar o dedo na ferida do combate às desigualdades sociais no país e a reforma da renda é a cereja do bol***

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na quarta-feira (27) que o tarifaço imposto pelos Estados Unidos “vai machucar um pouco”, mas o Brasil está em condições de enfrentá-lo com o Plano Brasil Soberano, o crescimento da economia, os empregos em alta e as reservas cambiais.

“Vai machucar um pouco? Vai, porque têm setores que exportam mais de 50% da sua produção pra lá (Estados Unidos), então, têm empresas que vão sofrer, mas diria que, de uma maneira geral, macroeconomicamente falando, acho que o Brasil está em condições de enfrentar”, disse em entrevista à TV Uol.

Em relação às negociações com os Estados Unidos sobre a imposição de tarifa de 50% sobre as exportações brasileiras, ele disse que o governo adota uma postura proativa para abrir canais de diálogo e o mesmo tem sido feito pelo empresariado.

Questionado sobre a possibilidade de novas sanções econômicas dos Estados Unidos caso o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) seja condenado no julgamento da ação penal que apura a tentativa de golpe de Estado no Brasil, Haddad respondeu que não há como prever, mas caso aconteça, o governo vai atuar para amenizar os impactos.

“Vamos fazer o que precisar fazer, não temos dívida externa, temos US\$ 300 bilhões em reserva cambial, nossa economia está crescendo seguidamente, nosso desemprego está na mínima. Vamos cuidar, só não dá pra prever o que pode sair ali da cabeça do Trump (...) Estão inventando uma guerra que não existe e o Estado brasileiro tem que dar amparo aos agentes públicos, empresas e cidadãos brasileiro e garantir que a soberania e a economia brasileira serão protegidas.”



Em relação ao Plano Brasil Soberano, anunciado no último dia 13 pelo Governo Federal para mitigar os impactos econômicos do tarifaço, Fernando Haddad afirmou que há medidas paliativas como o crédito emergencial e também medidas estruturais como os fundos garantidores.

O ministro citou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sempre teve obsessão por abrir novos mercados para o produto brasileiro, o que reduziu gradativamente a dependência do mercado dos Estados Unidos.

“Eles precisam de commodity barata e o Brasil é fornecedor de commodity barata. Você taxar carne, café, você vai arrumar outra freguesia, como já está acontecendo”, observou Haddad.

### **Marco da mineração**

O titular da Fazenda afirmou que o marco regulatório da mineração vigente no país está defasado e será atualizado ainda este ano. O assunto foi tratado em reunião com o presidente Lula na quarta-feira. Haddad ressaltou que a legislação é importante para que o Brasil agregue valor às terras raras.

“Não podemos fazer com as terras raras o que fazemos com o minério de ferro, você vende tudo praticamente sem agregar valor”, disse. E acrescentou: “No caso dos minerais críticos, não podemos correr o risco de não agregar valor. Agora, não temos a tecnologia, poucos países têm, então temos que fazer parcerias”.

O ministro afirmou que o Brasil tem recursos naturais que interessam a qualquer país do mundo, como as terras raras pelas quais representantes do governo norte-americano demonstraram interesse.

“Tem algo que precisamos ficar de olho, o Brasil tem uma condição muito particular em relação a energia limpa barata, solar e eólica, a mais barata do mundo e abundante. O Brasil tem a terceira maior reserva de minerais críticos do mundo, só perde pra China e o Vietnã”.

“Uma pessoa que tentou comprar a Groenlândia (se referindo a Donald Trump) por causa de minerais críticos pode querer ter um governo amigo aqui para explorar uma neocolônia: vamos importar do pessoal ali os minerais sem refino e vamos refinar”, concluiu Haddad.

### **Combate às desigualdades**

O ministro afirmou que é importante colocar o dedo na ferida do combate às desigualdades sociais no país e a reforma da renda é a cereja do bolo. Haddad afirmou que os que mais reclamam de impostos são os que menos contribuem para a gestão do Estado.

“É a primeira vez que estamos colocando o dedo na ferida. Olha, o Estado brasileiro está muito pesado para o trabalhador que está pagando imposto no consumo, pagando imposto de renda e, pro andar de cima, que reclama do Estado, o Estado está muito leve. No Brasil, os que reclamam do Estado são os que menos contribuem para a gestão do Estado. Então, estão reclamando de quê?”.

O ministro afirmou que se o objetivo é aliviar imposto sobre a renda e o consumo do trabalhador, quem não colaborava vai ter que começar a colaborar.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 28/08/2025*

## **NACIONAL - BRASIL E MÉXICO FIRMAM NOVAS PARCERIAS EM BIOCOMBUSTÍVEIS, AGRO E COMÉRCIO**

Acordos preveem intercâmbio tecnológico, expansão do setor produtivo e maior integração econômica entre as duas maiores economias da América Latina

**Da Redação** [redacao.jornal@redbenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redbenews.com.br)

No primeiro dia da missão oficial liderada pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, Brasil e México firmaram, na quarta-feira (27), uma série de parcerias para aprofundar a cooperação em setores estratégicos, como agropecuária, biocombustíveis, fortalecimento comercial e atração de investimentos.



***Durante o evento de assinatura dos memorandos, Geraldo Alckmin ressaltou o impacto positivo da cooperação em diversas áreas, especialmente no campo econômico e social***

***DURANTE O EVENTO DE ASSINATURA DOS MEMORANDOS, O VICE-PRESIDENTE RESSALTOU O IMPACTO POSITIVO DA COOPERAÇÃO EM DIVERSAS ÁREAS, ESPECIALMENTE NO CAMPO ECONÔMICO E SOCIAL***

Durante o evento de assinatura dos memorandos, o vice-presidente ressaltou o impacto positivo da cooperação em diversas áreas, especialmente no campo econômico e social.

“Quero destacar a importância do que acabamos de assinar. A importância social, que significa emprego, renda, novas oportunidades, vida digna para a população; a importância econômica, investimentos, crescimento do setor produtivo; importância científica e tecnológica, novas formas tecnológicas para a descarbonização; a importância ambiental”, afirmou Alckmin.

Um dos memorandos assinados estabelece a base para futuras ações de cooperação no setor de biocombustíveis, com o objetivo de fortalecer a indústria mexicana aproveitando a experiência reconhecida do Brasil na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar.

O acordo prevê intercâmbio de experiências e transferência de tecnologia, equipamentos, metodologias e práticas entre os dois países, com foco no desenvolvimento de matérias-primas e na expansão da indústria de biocombustíveis. O projeto também estimula iniciativas ligadas à captura e armazenamento de carbono a partir da bioenergia, abrindo caminho para uma produção ordenada e sustentável de combustíveis como etanol, SAF e marítimos sustentáveis.

Segundo o governo brasileiro, a iniciativa faz parte da estratégia de ampliar a integração econômica regional com foco em áreas estratégicas, promovendo benefícios mútuos para as duas maiores economias e democracias da América Latina.

Na sede da chancelaria mexicana, o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávoro, e o secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural do México, Julio Sacristán, assinaram um memorando de entendimento para ampliar a cooperação em áreas como produção agrícola e pecuária, assistência técnica a pequenos e médios produtores, soberania alimentar, sanidade animal e vegetal, pesquisa, inovação tecnológica, financiamento, seguro rural e comercialização de produtos agrícolas.

O documento prevê ainda a criação de um grupo de trabalho com representantes técnicos de ambos os países para identificar áreas de interesse comum, planejar, implementar e atualizar o Plano de Trabalho conjunto.

No encontro, Brasil e México também se comprometeram a adequar suas legislações sobre rastreabilidade da carne bovina, sem comprometer as exportações brasileiras do produto para o mercado mexicano.

Com foco em ampliar o comércio e abrir novas oportunidades de negócios, a ApexBrasil e a Secretaria de Economia do México assinaram um memorando para promover o intercâmbio de bens, serviços e investimentos.



A cooperação busca alinhar a Nova Indústria Brasil, que aposta em inovação, sustentabilidade e produtividade, ao Plano México, estratégia de desenvolvimento de longo prazo do país. Entre as ações previstas estão iniciativas para promover exportações e investimentos, fortalecer capacidades institucionais e empresariais, e impulsionar o desenvolvimento de cadeias produtivas.

Outro objetivo é incentivar a inovação e facilitar a entrada em novos mercados, promovendo a identificação de oportunidades de negócios que ampliem a competitividade e o posicionamento internacional das empresas brasileiras e mexicanas.

### Encontros estratégicos

A agenda da missão em solo mexicano começou com uma reunião com o setor privado brasileiro, que contou com representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e empresários de setores como agricultura, pecuária, aeronáutico, cosméticos, bancário, químico, saúde e automotivo.

A comitiva também participou de encontros com o presidente da Mesa Diretiva do Senado da República e da Comissão Permanente do Congresso da União, Gerardo Fernández Noroña; o secretário de Relações Exteriores, Juan Ramón de la Fuente; o secretário de Economia, Marcelo Ebrard Casaubon; e o secretário de Agricultura.

O encerramento da agenda ocorreu no Encontro Empresarial Brasil-México, promovido pela ApexBrasil.

Além do vice-presidente, integram a delegação brasileira a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; a secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores, Maria Laura; o presidente da ApexBrasil, Jorge Viana; o presidente da Conab, Edegar Pretto; o diretor-presidente da Anvisa, Leandro Safatle; além de representantes do Ministério da Saúde, Fiocruz e Instituto Butantan. Empresários e membros da CNI também participaram da missão.

### Comércio bilateral

Em 2024, a corrente de comércio entre Brasil e México totalizou US\$ 13,6 bilhões. As exportações brasileiras chegaram a US\$ 7,8 bilhões, com destaque para automóveis de passageiros (US\$ 715,4 milhões), carnes de aves e miudezas (US\$ 563,7 milhões) e veículos para transporte de mercadorias (US\$ 507 milhões).

As importações brasileiras de produtos mexicanos somaram US\$ 5,8 bilhões, concentradas em partes e acessórios de veículos automotivos (US\$ 849 milhões), automóveis de passageiros (US\$ 757,8 milhões) e veículos para transporte de mercadorias (US\$ 264,2 milhões).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 28/08/2025

## REGIÃO SUDESTE - TCU MANTÉM LEILÃO DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ PARA 5 DE SETEMBRO

Tribunal manteve o cronograma após reunião em Brasília; ajustes no convênio deverão ser feitos sem impacto no edital

Da Redação [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)

O leilão da PPP (parceria público-privada) do túnel imerso Santos-Guarujá está confirmado para o dia 5 de setembro, após reunião realizada na quarta-feira (27) no TCU (Tribunal de Contas da União), em Brasília (DF).

O encontro foi conduzido pelo ministro-relator Bruno Dantas e reuniu representantes do governo federal, do governo de São Paulo e da APS (Autoridade Portuária de Santos). Apesar de ter determinado ajustes no convênio que delega competências para a execução do projeto, o tribunal ressaltou que o processo não afetará o cronograma.



**Encontro foi conduzido pelo ministro-relator da corte, Bruno Dantas, e reuniu representantes dos governos federal e estadual e também da APS. (Foto: Divulgação/TCU)**

Em nota oficial, o TCU informou que “a atuação preventiva do TCU não implicará em qualquer alteração do cronograma do leilão, previsto para o dia 5 de setembro de 2025, nem modificações no edital já publicado”. O órgão destacou ainda que sua atuação busca “garantir segurança jurídica e boa governança ao empreendimento, sem comprometer a continuidade dos

investimentos”.

O presidente da APS, Anderson Pomini, também reforçou a posição em publicação nas redes sociais:

“Hoje estivemos no TCU com o ministro Bruno Dantas, o ministro Silvio Costa Filho, a AGU (Advocacia-Geral da União) e o Governo de SP para reforçar a segurança jurídica e garantir o aporte do Porto de Santos nesta que é a maior obra de infraestrutura mais importante do Brasil. Com as adequações indicadas, a parceria entre APS + Governo Federal + Governo de SP ganha ainda mais força para tirar o projeto do papel”.

A entrega das propostas está marcada para o dia 1º de setembro, quatro dias antes do certame, que ocorrerá na sede da B3, em São Paulo.

### Contexto

Na semana anterior, relatório da área técnica do TCU havia apontado fragilidades na matriz de riscos, na governança interfederativa, na definição da titularidade do túnel ao final da concessão e na formalização do aporte da APS. O tribunal determinou que os ajustes sejam feitos antes da liberação de recursos federais.

O jornal Folha de S.Paulo antecipou os principais pontos do relatório, revelando, por exemplo, que o aumento do custo da obra para R\$ 6,8 bilhões não foi pactuado com a União e a APS, e que o contrato previa a reversão do ativo ao estado de São Paulo, em desacordo com o entendimento da Secretaria de Patrimônio da União.

Apesar das divergências, o governo paulista reafirmou que “questões pontuais levantadas estão sendo tratadas em conjunto com a União, sem impacto no cronograma”.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 28/08/2025

## NACIONAL - APS ABRE LICITAÇÃO PRA REFORÇAR FROTA DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO NO PORTO DE SANTOS

Tribunal manteve o cronograma após reunião em Brasília; ajustes no convênio deverão ser feitos sem impacto no edital

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio.lyra@redebnews.com.br](mailto:cassio.lyra@redebnews.com.br)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) abriu licitação para aquisição de novas câmeras para reforçar o monitoramento de áreas estratégicas dentro do Porto Organizado de Santos (SP). Além disso, o processo prevê também licenças para aquisição de licenças adicionais para o VMS, sistema de gestão de vídeo atualmente utilizado pela companhia.

De acordo com o edital, o pedido para aprimoramento do sistema de monitoramento se deu após um apontamento da Guarda Portuária de Santos para atender as exigências regulatórias da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos (Conportos).



**Segundo a APS, a aquisição das novas câmeras de monitoramento vai alinhar o maior complexo portuário do país com as melhores práticas internacionais de segurança portuária**

Nesse sendo, a fim de aprimorar o Circuito Fechado de Televisão (CFTV), a Guarda Portuária oficializou a demanda para a aquisição de câmeras fixas e móveis, na quantidade de 250 e 50, respectivamente. A APS afirmou que as quantidades podem ser

alteradas a depender da necessidade.

A APS afirmou que os novos equipamentos serão essenciais para a vigilância e monitoramento contínuo de áreas estratégicas. O edital cita locais como a central elétrica, torre grande, COS-MD, Parque Valongo, Sealog, Ilha Barnabé, além de diversos postes, com o objetivo de aprimorar ainda mais o sistema existente.

Além da instalação de novas câmeras, o documento prevê, também, substituir e renovar a frota que atualmente está em operação.

A avaliação da infraestrutura atual de vigilância do Porto de Santos revelou que o sistema de CFTV existente possui limitações em termos de cobertura e capacidade tecnológica, frente aos recentes avanços e à ampliação planejada. Essas lacunas comprometem a capacidade de monitoramento eficaz", diz o relatório técnico do edital.

De acordo com a APS, a aquisição das novas câmeras vai alinhar o maior complexo portuário do país com as melhores práticas internacionais de segurança portuária.

Interessados deverão registrar a proposta por forma eletrônica, dentro do site da Autoridade Portuária. As propostas passaram a ser recebidas desde terça-feira (26). A sessão de abertura de propostas acontecerá no dia 5 de setembro, às 10 horas.

Conforme o edital, o prazo para contratação será de 12 meses, a partir da assinatura do contrato, período para conclusão das instalações dos novos equipamentos nos locais previamente definidos.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 28/08/2025**

## **REGIÃO SUDESTE - SP E MINISTRO DO CANADÁ DISCUTEM ACORDO DO PAÍS COM O MERCOSUL**

Encontro no Palácio dos Bandeirantes reuniu autoridades e empresas canadenses para fortalecer parcerias e ampliar relações comerciais bilaterais

**Da Redação** [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), recebeu na quarta-feira (27), no Palácio dos Bandeirantes, o ministro de Comércio Internacional do Canadá, Maninder Sidhu, para discutir oportunidades de intensificação da relação comercial entre o estado e o país da América do Norte. A reunião também contou com a presença de representantes de empresas canadenses instaladas no Brasil e autoridades do governo paulista.

Durante o encontro, tanto Tarcísio quanto Sidhu ressaltaram a relevância da retomada das negociações entre o Mercosul e o Canadá, suspensas desde 2021 e reativadas recentemente após os Estados Unidos anunciarem aumento de tarifas de importação.



***Durante a reunião, Tarcísio e Sidhu ressaltaram a relevância da retomada das negociações entre o Mercosul e o Canadá, suspensas desde 2021 e reativadas recentemente***

“O que nós mais queremos é trazer as empresas canadenses para o Estado de São Paulo e também levar as nossas

empresas para lá”, afirmou o governador. “Faremos todos os esforços necessários para que o acordo Mercosul-Canadá possa ser fechado e proporcionar aumento e melhoria das relações comerciais entre os países”, completou.

O ministro canadense reforçou a disposição de seu país em avançar no diálogo com o bloco sul-americano. “O acordo com o Mercosul é realmente muito importante. Há dois dias retomamos essa intenção e vamos trabalhar para concluí-la. Não somos concorrentes, nós nos complementamos”, disse Sidhu.

A delegação paulista no encontro contou com a participação do secretário-chefe da Casa Civil, Arthur Lima, do chefe da Assessoria Internacional do governo, Samo Tosatti, da secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, e do secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, Vahan Agopyan. Representantes da InvestSP, agência estadual de promoção de investimentos, também acompanharam as discussões.

Já a comitiva canadense foi integrada pelo embaixador do Canadá no Brasil, Emmanuel Kamarianakis, por representantes do consulado em São Paulo e por executivos de empresas dos mais variados setores. Entre elas estavam Blackberry, Air Canadá, Alcance Solutions, EM Fluids, CAE e PI2 Technologies. Cada companhia teve a oportunidade de apresentar brevemente suas atividades no mercado brasileiro, especialmente no Estado de São Paulo.

Um dos destaques foi o depoimento de Luciano de Souza, representante da CAE, empresa com sede em Guarulhos especializada em simuladores de aviação. A companhia é responsável pelo treinamento de pilotos das companhias Latam, Gol e Azul, além de atender à aviação executiva. Atualmente, a empresa opera com 16 simuladores no Brasil.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 28/08/2025**

## **REGIÃO SUDESTE - VAST INICIA CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE TANCAGEM DO TERMINAL DE LÍQUIDOS DO AÇU**

Terminal inicia ampliação da sua infraestrutura para movimentação de líquidos; investimento inicial é de R\$ 250 milhões

**Da Redação [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)**

A Vast Infraestrutura iniciou nesta semana a construção do parque de tancagem do Terminal de Líquidos (TLA) localizado no Porto do Açú, terminal privado localizado em São João da Barra (RJ). O investimento para a primeira fase do projeto será de R\$ 250 milhões para viabilizar um parque de tancagem de aproximadamente 40 mil m<sup>3</sup> de armazenamento.

A Vast informou que a previsão é que as operações de tancagem no terminal tenham início no último trimestre de 2026, como parte da estratégia de ampliação das linhas de negócios da empresa.



**A Vast prevê que as operações de tancagem no terminal tenham início no último trimestre de 2026, como parte da estratégia de ampliação das linhas de negócios da empresa**

Com localização estratégica dentro do complexo do Açú, o Terminal de Líquidos do Açú poderá movimentar e armazenar produtos derivados de petróleo, como combustíveis marítimos (Very Low Sulphur Fuel Oil – VLSFO e Marine Gas

Oils - MGO), lubrificantes, combustíveis claros, além de químicos e biocombustíveis.

“A primeira fase do Terminal prevê a movimentação de combustíveis claros, óleo básico e biocombustíveis. Entendemos que combustíveis marítimos são nossa vocação, devido ao grande número de embarcações que acessam o Porto regularmente. Estamos preparados também para trabalhar com os combustíveis do futuro, como SAF e e-methanol, em sinergia com os projetos de transição energética que estão em desenvolvimento no complexo. O TLA é uma plataforma estratégica para atender às demandas atuais e futuras do setor”, explicou Victor Snabais Bomfim, CEO da Vast Infraestrutura.

Além da tancagem, o projeto prevê a construção de tubulação de carga e descarga e de plataformas de carregamento de caminhões-tanque para o escoamento terrestre de combustíveis, óleos básicos e demais líquidos. O plano diretor do terminal considera a ampliação da tancagem para até 300mil<sup>m</sup>³.

### **Operação**

A Vast já assinou dois contratos para a utilização do TLA e de seu parque de tancagem, um com a Vibra e outro com a Efen. O acordo com a Vibra garante, pelos próximos 20 anos, a utilização do Terminal como infraestrutura logística de importação, armazenagem e movimentação de óleos básicos para abastecimento de sua fábrica de lubrificantes em Duque de Caxias (RJ). Já o contrato com a Efen inclui a prestação de serviços de recebimento, estocagem e expedição de óleo diesel marítimo (MGO).

Desde outubro de 2024, a Vast é a operadora do TLA, e vem realizando a movimentação de MGO por meio de operações de transbordo (ship-to-ship e ship-to-berth) para a Efen. O terminal hoje já conta com dois berços operacionais para recebimento de navios MR e barcaças.

Ao final das obras, as operações de movimentação de líquidos serão feitas com a utilização dos tanques de armazenamento.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 28/08/2025**

## **REGIÃO NORDESTE - GOVERNO PREPARA EDITAL PARA RETOMAR OBRAS DA TRANSNORDESTINA EM PE**

Licitação deve começar ainda neste semestre; meta é concluir o trecho entre Salgueiro e Suape até 2029, com investimento previsto de R\$ 3,5 bilhões

**Por GABRIELA LOUSADA [redacao.jornal@redebene.com.br](mailto:redacao.jornal@redebene.com.br)**

Com 1.200 quilômetros de extensão, a ferrovia Transnordestina é considerada uma das maiores obras logísticas do país e atravessa os estados do Piauí, Ceará e Pernambuco



O primeiro edital para a retomada das obras da Transnordestina em Pernambuco deve ser publicado ainda neste semestre. A confirmação foi feita pelo diretor de Empreendimentos da Infra S.A., André Luís Ludolfo. Segundo ele, a expectativa é que a licitação da ferrovia comece pelo lote SPS-4, com cerca de 73 quilômetros de extensão, enquanto os demais trechos serão licitados ao longo de 2026.

“Agente tem a expectativa, que ainda neste segundo semestre de 2025, a gente consiga publicar o primeiro edital de obras para a retomada das obras da Transnordestina”, afirmou.

As obras devem começar já no início de 2026. A meta da Infra S.A. é concluir a ligação ferroviária entre Salgueiro e o Porto de Suape até 2029. “O trecho Salgueiro–Suape tem 473 km, dos quais 179 km já foram executados pela antiga concessionária TLSA, mas há mais de uma década está paralisado”, lembrou Ludolfo.

Ainda de acordo com o diretor, o investimento previsto para o trecho é de R\$ 3,5 bilhões, com recursos do Ministério dos Transportes e possibilidade de emendas parlamentares.

### **A Transnordestina**

Com 1.200 quilômetros de extensão, a Transnordestina é uma das maiores obras logísticas do país e atravessa os estados do Piauí, Ceará e Pernambuco. A ferrovia foi concebida para escoar a produção agrícola e mineral da região, conectando o interior do Nordeste aos portos de Suape e Pecém (CE).

Entre as cargas previstas estão grãos, fertilizantes, cimento, combustíveis e minérios, atendendo a 53 municípios. No caso de Pernambuco, dois pontos se destacam. São eles Trindade, polo de grãos e fruticultura na divisa com o Piauí, e Salgueiro, região com grande potencial mineral que servirá de entroncamento estratégico para a ligação até o litoral.

Em julho, o governo federal anunciou um aporte de R\$ 1,4 bilhão para o avanço das obras, durante visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ministro dos Transportes, Renan Filho, ao trecho da ferrovia em Missão Velha (CE). Os recursos incluíam R\$ 600 milhões do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e R\$ 816 milhões captados via Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor).

Conforme disse o ministro na ocasião, a expectativa é que, em breve, a Transnordestina mobilize até 8 mil trabalhadores em seus diversos lotes. Ele destacou ainda que parte da ferrovia poderá começar a operar já em 2025, com o transporte de cargas a partir do Terminal Intermodal em Bela Vista do Piauí.

De acordo com a Transnordestina Logística, responsável pela execução, o empreendimento já havia alcançado 75% de avanço físico, com 676 quilômetros entregues e outros 280 em construção.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 28/08/2025*

## **REGIÃO NORDESTE - ITAQUI ABRE INSCRIÇÕES PARA PROGRAMA PIONEIRO DE RESIDÊNCIA EM INOVAÇÃO**

Seleção vai escolher 10 bolsistas para atuar em projetos voltados a desafios portuários, marítimos e logísticos

**Da Redação** [redacao.jornal@redebenevents.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenevents.com.br)

As inscrições para a 3ª edição do Programa de Residência Portuária em Inovação do Porto do Itaqui, no Maranhão, já estão abertas e seguem até 12 de setembro.

O programa vai selecionar 10 bolsistas recém-graduados em qualquer área do conhecimento e graduandos da área de tecnologia para atuar no setor de inovação do Porto do Itaqui a partir de

janeiro de 2026. As bolsas serão de R\$ 5.500,00 mensais para graduados e R\$ 3.000,00 para graduandos, com duração inicial de um ano e possibilidade de renovação por igual período.



**O programa selecionará 10 bolsistas recém-graduados em qualquer área do conhecimento e graduandos da área de tecnologia para atuar no setor de inovação do porto em 2026**

A iniciativa, considerada pioneira no Brasil, é promovida pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema) e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti).

Desde a criação do programa, a Residência Portuária já formou 20 jovens. Cinco deles foram contratados por empresas do complexo portuário, três seguiram carreira acadêmica e outros dois fundaram startups de tecnologia e descarbonização. Na edição atual, quatro participantes já estão empregados em empresas de inovação no Maranhão.

Segundo Gabriel Mateucci Cassia, gerente de pesquisa, desenvolvimento e inovação do Porto do Itaqui, a proposta vai além da formação técnica. “A missão da Residência é contribuir com a transformação do Maranhão em um hub de conhecimento do setor portuário. A gente faz isso a partir da formação da mão de obra local e oferecendo, à população maranhense, a possibilidade de se integrar ao nosso porto”, afirmou.

### **Edital e processo seletivo**

Os candidatos precisam comprovar residência no Maranhão, ter disponibilidade de 30 horas semanais (graduandos) ou 40 horas (graduados) e não possuir vínculo ativo com a Emap.

O edital prevê duas trilhas de atuação: Inovação Aberta, destinada a recém-graduados entre julho de 2022 e julho de 2025 em qualquer área do conhecimento, e Dados e Desenvolvimento, voltada a graduados em áreas correlatas à tecnologia da informação ou estudantes do último ano com conclusão até dezembro de 2026.

O processo seletivo terá quatro etapas. São elas: análise das candidaturas, avaliação de mérito de vídeo ou case escrito, dinâmica presencial com fit cultural e entrevista com prova prática (exclusiva para a trilha de Transformação Digital).

O edital e as inscrições estão disponíveis no site Patronage da Fapema, o [patronage.fapema.br](http://patronage.fapema.br).

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 28/08/2025**



## **BAHIA ECONÔMICA - BA**

### **BRAVA ANUNCIA NOVO MODAL PARA VENDA DE GÁS NA BAHIA**

**Por Matheus Souza - 28/08/2025 19:31**

Com capacidade instalada de 115 mil m<sup>3</sup> por dia, a nova estação funcionará em São Francisco do Conde, região metropolitana de Salvador, e vai abastecer diretamente clientes industriais e a distribuidora Bahiagás, a partir da base de descompressão.



O empreendimento será desenvolvido em parceria com a MDC Energia, através da sua subsidiária Companhia Distribuidora de Gás Natural (CDGN), empresa pioneira no segmento de combustíveis de baixo carbono. O início do fornecimento está previsto para junho de 2026.

A empresa tem investido na produção e comercialização de gás natural, buscando diversificar suas fontes de receita e contribuir para a segurança energética. A empresa também tem como objetivo aumentar a oferta de gás no

mercado brasileiro, explorando o potencial de produção não associada, onde o gás é extraído de reservatórios independentes.

“A parceria ampliará as vendas de gás e de líquidos em campos com limitações na capacidade de escoamento e sem integração a rede de gasodutos, contribuindo ativamente para o fortalecimento do mercado de gás e reforçando o compromisso com o desenvolvimento socioeconômico da região”, afirma o Diretor de Novos Negócios, Trading e Downstream da Brava Energia, Pedro Medeiros.

“A região de São Francisco do Conde é bastante estratégica, pois está no entorno de um grande polo industrial. O projeto trará ainda mais segurança e previsibilidade para nossas entregas de gás natural”, comenta Juarez Abdalla, Diretor Comercial da CDGN, subsidiária da MDC Energia.

Localizada em uma área de cerca de 6,5 mil m<sup>2</sup>, a estação de compressão deve gerar cerca de 75 empregos diretos e indiretos na Bahia, durante a execução do projeto e operação.

**Fonte:** *Bahia Econômica*

**Data:** 28/08/2025



### JORNAL O GLOBO – RJ

PCC comprou terminal portuário, 6 fazendas, usinas e até mansão em Trancoso, diz Receita; veja lista

Organização criminosa controlava ao menos 40 fundos de investimento, com patrimônio de R\$ 30 bilhões

**Por O Globo — Rio de Janeiro**



### **Operação Carbono Oculto mira esquema bilionário do PCC — Foto: Divulgação/Receita Federal**

Alvo da maior operação contra o crime organizado da História do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC) controlava ao menos 40 fundos de investimento, com patrimônio de R\$ 30 bilhões. A Receita Federal identificou que esses fundos adquiriram vários bens de luxo ao longo dos últimos anos, como seis fazendas no interior de São Paulo, avaliadas em R\$ 31 milhões, e uma residência em Trancoso, na Bahia, comprada por R\$ 13 milhões.

PCC usava mais de mil postos de combustível para lavar dinheiro e controlava 40 fundos de investimentos, diz Receita

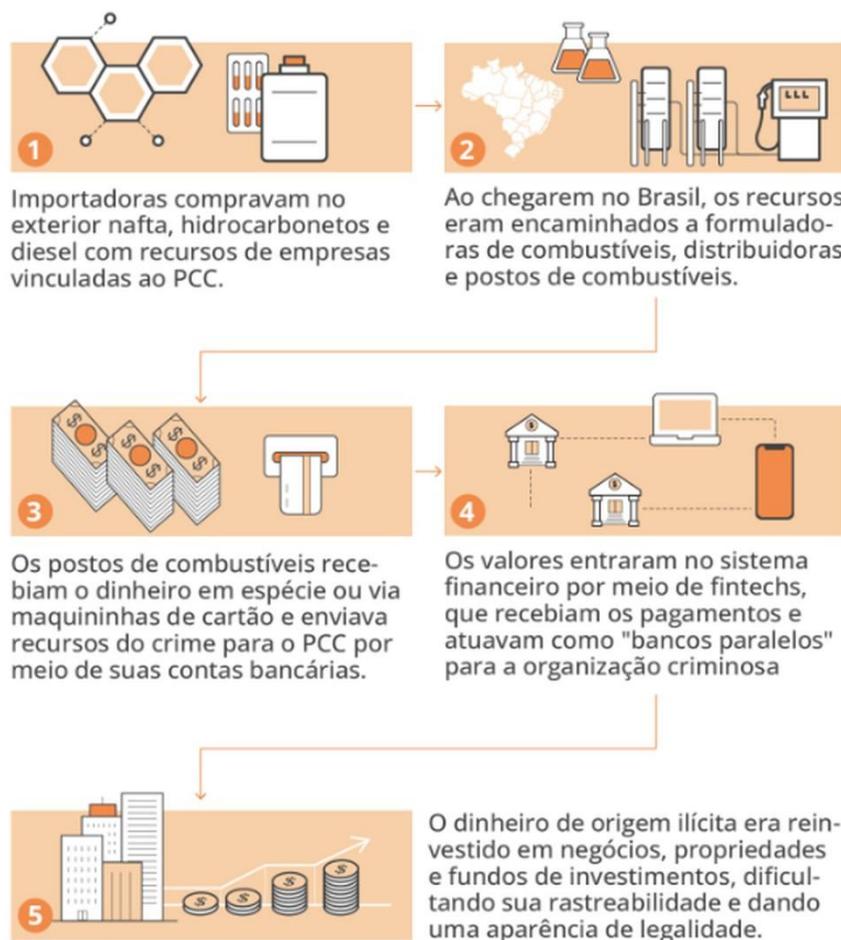
Operação Carbono Oculto mira empresas da Faria Lima, centro financeiro de São Paulo

A Receita Federal e órgãos parceiros deflagraram nesta quinta-feira a Operação Carbono Oculto, com o objetivo de desarticular o esquema de fraudes e de lavagem de dinheiro do crime organizado no setor de combustíveis. Cerca de mil postos vinculados ao PCC movimentaram R\$ 52 bilhões entre 2020 e 2024.

Segundo a Receita, os fundos controlados pelo PCC adquiriram mais de 100 imóveis, um terminal portuário e quatro usinas produtoras de álcool (e mais duas em parceria ou em processo de aquisição), além de 1.600 caminhões para o transporte de combustíveis.

Ao mesmo tempo em que lavava o dinheiro do crime, a facção acumulava lucros da cadeia produtiva, com sonegação fiscal e aquisições irregulares — os investigados simulavam a compra de propriedades do ramo, mas não pagavam os empresários e fazendeiros, que eram ameaçados de morte caso cobrassem.

### Entenda o esquema usado pelo PCC para lavar dinheiro a partir da cadeia produtiva de combustíveis



**Esquema do PCC permitiu movimentação de R\$ 52 bilhões entre 2020 e 2024 — Foto: Editoria de Arte**

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, para ocultar os beneficiários dos lucros ilícitos, os ganhos passavam por uma "rede de interpostas pessoas, camadas societárias e financeiras, fundos de investimento e instituições de pagamento". Parte dos recursos foi aplicada na

compra de usinas sucroalcooleiras para expandir a atuação criminosa em distribuidoras, transportadoras e postos de combustíveis.

Os criminosos usavam fintechs, em vez de bancos tradicionais, para dificultar o rastreamento do dinheiro, se aproveitando de brechas na regulação. A Receita Federal identificou que uma fintech de pagamento atuava como "banco paralelo" da organização criminosa. Os valores ilícitos eram reinvestidos em negócios, propriedades e outras aplicações através de fundos de investimentos, que recebiam os recursos dessa fintech.

"Os indícios apontam que esses fundos são utilizados como um mercado de ocultação e blindagem patrimonial e sugerem que as administradoras dos fundos estavam cientes e contribuíram para o esquema, inclusive não cumprindo obrigações com a Receita Federal, de forma que sua movimentação e a de seus cotistas fossem ocultadas da fiscalização", destacou a Receita, em nota.

Na operação, mandados de busca e apreensão contra cerca de 350 investigados são cumpridos nos estados de São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina. A força-tarefa é composta por cerca de 1.400 agentes das Polícias Civil e Militar e da Polícia Federal, além de servidores do Ministério Público de São Paulo, do Ministério Público Federal, da Receita Federal e da Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo.

A ação apura crimes contra a ordem econômica, adulteração de combustíveis, crimes ambientais, lavagem de dinheiro, fraude fiscal e estelionato. O secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite, disse o foco é a "asfixia financeira do crime organizado". O Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Estado de São Paulo (Cira/SP) deve entrar com um pedido na Justiça para bloquear bens num valor estimado em R\$ 7 bilhões.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 28/08/2025*

## DIRETORA EXECUTIVA DA COP 30 DIZ QUE HOSPEDAGEM EM BELÉM 'MELHOROU BASTANTE' E MAIS PAÍSES CONSEGUIRAM ACOMODAÇÕES

Em reunião oficial há uma semana, apenas 47 de 196 delegações haviam confirmado participação no evento

*Por Lucas Altino — Rio de Janeiro*



**Ana Toni, diretora executiva da COP 30 — Foto: Beatriz Orle/Agência O Globo**

Uma semana após o governo brasileiro divulgar a confirmação inicial de somente 47 de 196 delegações na COP 30, a situação "já melhorou bastante", afirmou Ana Toni, diretora-executiva da COP 30. Em participação na Rio Climate Action Week, um dos eventos pré COP, ela disse que houve sinalização positiva demais países sobre suas hospedagens em Belém na reunião de ministros e ministras da América Latina e Caribe no início da semana, no México.

Ana Toni afirmou que a situação de logística foi um dos temas abordados nesse encontro no México, onde ela e André Corrêa do Lago, presidente da COP 30, estavam presentes. A diretora também explicou que a força-tarefa anunciada pelo governo na última sexta (22) para facilitar a busca por acomodações já está funcionando.

— Já melhorou bastante (a situação de hospedagem). Eu percebi isso na reunião de ministros e ministras da América Latina e Caribe que estávamos. A força-tarefa já está funcionando, as dúvidas dos países foram sanadas e eles já estão conseguindo as acomodações que precisavam. Então, eu



espero que esse tema seja agora menos o foco do debate e que a gente possa finalmente chegar nos temas que tanto nos importam para o combate à mudança do clima — afirmou Ana Toni.

A diretora executiva da COP 30 participou de um dos painéis do Business Day, dia voltado para debates com representantes do setor privado, nesta quinta (28), no CCBB RJ, como parte do Rio Climate Action Week. Na sua palestra, ela destacou a importância da integração de esforços entre os setores público e privado no combate às mudanças climáticas.

Ana Toni explicou como funciona a Agenda de Ação definida pela presidência da COP 30, que possui seis eixos principais de atuação. Ela antecipou que nesta sexta será divulgada a sétima carta da presidência, dessa vez com o foco em conclamar o setor privado para a agenda climática.

### **A COP da implementação**

Depois de muitas COPs em que se firmou grandes metas, como triplicar a oferta de energia renovável, transitar para o fim do uso de combustíveis fósseis e restaurar terras degradadas, agora chegou a vez de honrar os compromissos e implementar as mudanças, destacou Ana Toni.

— A COP28 estabeleceu um acordo muito bom, mas você precisa avançar em relação a eles e também monitorar o que foi prometido. A gente não quer só falar dos problemas, mas apresentar soluções. Já existem muitas soluções, o problema é dar escala a elas — afirmou a diretora, que deu o exemplo do Combustível Sustentável de Aviação (SAF), uma alternativa de biocombustível que pode reduzir significativamente as emissões de CO<sub>2</sub>.

### **Soluções brasileiras**

Parte dessas soluções, defendeu Ana Toni, já são produzidas no Brasil. Desde a matriz relevante de energia renovável a criação de mecanismos financeiros para financiamento climático, como o Fundo Clima, o EcoInvest e o TFFF. Assim, um dos grandes legados da COP de Belém é promover o Brasil como provedor de soluções climáticas para o mundo.

— A gente já tem muitas soluções. O Brasil é um grande provedor de soluções climáticas e a COP30 é uma oportunidade grande da gente trabalhar junto com os outros países e mostrar tudo que o Brasil está fazendo para juntar esse objetivo de descarbonização e resiliência climática com coisas muito práticas, regulamentação, instrumentos econômicos, para a gente poder implementá-las. No final, o que importa é a implementação.

Ana Toni disse que doações de países mais ricos ao fundo global de ações climáticas, uma das principais agendas da COP, continua sendo uma dívida histórica que será cobrada, em que pese o surgimento de mais alternativas de mecanismos financeiros. "A gente não pode ficar sentado esperando", resumiu a diretora.

Por fim, ela defendeu a escolha da sede de Belém pelo simbolismo e para aproximar as discussões sobre impactos das mudanças do clima à população.

— Normalmente a gente esquece como essas conferências, que normalmente são em lugares muito glamourosos, Paris e Dubai, afetam a nossa vida no dia a dia. Ter pela primeira vez uma COP na Amazônia vai fazer com que o tema de florestas e soluções baseadas na natureza sejam tratados e valorizados no debate climático de uma outra maneira. Então tem um simbolismo imenso a gente ter uma COP na Amazônia.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 28/08/2025*

## **BNDDES ESTUDA PARAR COBRANÇA DE EMPRÉSTIMOS DE EXPORTADOR CONTRA TARIFAÇÃO, E MERCADANTE DEFENDE JURO SUBSIDIADO**

Segundo presidente do banco de fomento, "o prejuízo explícito" com a sobretaxa no comércio exterior com os EUA "é muito maior" do que o custo "implícito" dos subsídios



### **Por Vinicius Neder — Rio de Janeiro**

Menos de uma semana após detalhar as condições das linhas de crédito do BNDES no Brasil Soberano, como foi batizado o programa de apoio a exportadores afetados pelo tarifaço dos EUA sobre exportações brasileiras para o mercado americano, o presidente do banco de fomento, Aloizio Mercadante, afirmou nesta quinta-feira que a cobrança de empréstimos ativos de empresas afetadas poderá ser suspensa. O executivo defendeu ainda o uso de juros subsidiados nos financiamentos emergenciais.

Segundo Mercadante, a ideia surgiu reunião com representantes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), na sede do BNDES, na tarde desta quinta-feira. Um grupo de 15 governantes municipais de cidades mais afetadas pelo tarifaço imposto pelo governo Donald Trump, liderado pelo presidente da FNP, o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), participou do encontro.

### **'Stand still' foi usado na pandemia e no Rio Grande do Sul**

A medida, conhecida no jargão bancário como “stand still”, foi adotada pelo BNDES no conjunto de medidas lançado para mitigar os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre as empresas. Também foi usado no pacote de socorro à economia do Rio Grande do Sul, assolada pelas enchentes que se espalharam pelo estado na virada de abril para maio do ano passado.

Na prática, uma suspensão agora traria alívio para as empresas que já tenham um empréstimo com o BNDES e estejam pagando a dívida. Mercadante evitou estimar o escopo que a medida poderia ter nem falou em prazos.

— Não tem prazo. Isso aqui surgiu hoje. Estou chamando a atenção de que, no Rio Grande do Sul, foi necessário. Talvez, em algumas situações (relacionadas ao tarifaço), venha a ser necessário — afirmou o executivo, ao lado de Paes, após a reunião.

A medida seria útil para “alguns complexos regionais, especialmente em produtos perecíveis, enquanto as compras públicas não estiverem implantadas”, completou Mercadante.

### **R\$ 40 bi em crédito**

Na semana passada, o BNDES informou as condições da parte de crédito do Brasil Soberano. As linhas somam R\$ 30 bilhões, com recursos do Fundo Garantidor de Exportações (FGE), e um valor adicional de R\$ 10 bilhões em recursos do próprios do banco de fomento.

Mercadante reafirmou nesta quinta-feira a expectativa de começar a aprovar os primeiros empréstimos por volta do próximo dia 15, desde que, até uma semana antes, o BNDES receba os dados detalhados, da Receita Federal e do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), sobre as empresas mais impactadas pelo tarifaço de Trump.

### **"Prejuízo explícito" é maior do que "subsídio implícito", diz Mercadante**

Questionado sobre o custo fiscal de oferecer empréstimos com juros subsidiados, ou seja, abaixo das taxas de mercado, o presidente do BNDES afirmou que “o prejuízo explícito” com o tarifaço “é muito maior”:

— Existe um subsídio implícito nessas operações de crédito. Agora, qual é o prejuízo explícito, para o Brasil, de não fazer? Vamos deixar essas empresas quebrarem, os trabalhadores serem desempregados, colapsar receita dos municípios? Alguém acha que essa é a solução para um problema como esse? Esses empresários não tem nenhuma responsabilidade pelo que aconteceu. Eles estavam trabalhando, produzindo, embalando, exportando. Tem empresas aí que estão há mais de 20 ou 30 anos exportando para o para o mercado americano, com produtos de qualidade, derrotando os concorrentes.

Paes aproveitou as declarações na saída da reunião da FNP com o BNDES para elogiar o trabalho do banco de fomento na operação do pacote de socorro.

— Tivemos aqui a um conjunto de informações muito acima das nossas expectativas. Planejavamos falar muito mais, forçar muito mais, pressionar muito mais, mas as medidas concretas já detalhadas pelo presidente Mercadante e pela sua equipe trazem conforto aos prefeitos aqui presentes — disse o prefeito do Rio.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 28/08/2025*

## JULGAMENTO NO STF SOBRE 'PEJOTIZAÇÃO' NÃO VAI INCLUIR TRABALHO POR APLICATIVO

Gilmar Mendes afirmou que modelo, que inclui motoristas e entregadores, será analisado em outra ação

*Por Daniel Gullino — Brasília*



**O ministro Gilmar Mendes, durante sessão do STF — Foto: Luiz Silveira/STF/27-08-2025**

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), esclareceu nesta quarta-feira que o julgamento sobre a validade da chamada “pejotização” não inclui as relações de trabalho intermediadas por aplicativos, como motoristas e entregadores.

Gilmar é o relator de uma ação que discute a “pejotização”, ou seja, a contratação de um trabalhador autônomo ou pessoa jurídica para a prestação de serviços. Em abril, o ministro suspendeu todos os processos judiciais do país que tratam do tema.

A suspensão dos processos vale até que essa ação seja julgada pelo plenário do STF, com a definição de uma tese a ser aplicada em todos os casos semelhantes.

Analisando um recurso contra essa decisão de abril, Gilmar reconheceu que há uma semelhança com a discussão sobre o trabalho por aplicativo, mas afirmou que essa relação tem especificidades e merece ser analisada de forma separada. Já há um outro processo sobre esse tema no STF, de relatoria do ministro Edson Fachin.

“As causas que versam especificamente sobre relações estabelecidas por meio de aplicativos não estão abrangidas pela suspensão nacional determinada com base no tema 1.389 da repercussão geral, uma vez que seu exame ocorrerá em ação própria (tema 1.291), em âmbito próprio de discussão”, afirmou o ministro.

Por outro lado, Gilmar confirmou que as ações sobre contratos de franquia devem ser suspensas, mesmo que também existam outros processos sobre o tema. “O prosseguimento de discussões paralelas não inviabiliza a eficácia e o alcance da suspensão nacional, sobretudo quando as ações tratam diretamente de questões objeto do respectivo tema de repercussão geral”, escreveu.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 28/08/2025*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

## LULA AUTORIZA ABERTURA DE PROCESSO PARA APLICAÇÃO DA LEI DE RECIPROCIDADE CONTRA OS ESTADOS UNIDOS

Itamaraty acionou Camex para investigar e tomar providências para aplicação da lei após tarifaço de Trump, a fim de forçar americanos a abrir diálogo; lei 'visa a defender interesse nacional', diz Mauro Vieira ao Estadão

**Por Eliane Cantanhêde**

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou e o Itamaraty acionou a Câmara de Comércio Exterior (Camex) para iniciar consultas, investigações e medidas com vistas à aplicação da Lei da Reciprocidade Econômica contra os Estados Unidos, como resposta ao tarifaço de 50% que atinge setores e produtos brasileiros.



Assim que a Camex acusar recebimento do pedido, o Itamaraty comunicará a decisão oficialmente ao governo Donald Trump, o que pode ocorrer em dias, ou até horas, às vésperas, portanto, do início do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, por tentativa de golpe, no Supremo Tribunal Federal (STF).

**Lula autoriza abertura de processo para aplicação da lei de reciprocidade contra os Estados Unidos**  
**Foto: Wilton Junior/Estadão**

“A Lei da Reciprocidade do Brasil equivale à Seção 301 dos EUA, foi aprovada pelo Congresso com apoio de todas as tendências ideológicas, contém rito e prazos, sem arbitrariedades, e visa a defender o interesse nacional”, justificou o chanceler Mauro Vieira ao Estadão, tentando evitar um clima de guerra, dando um caráter técnico e formal à iniciativa e defendendo a abertura de diálogo e negociações com o governo norte-americano.

A lei prevê represálias nas áreas de tarifas, serviços e propriedade intelectual, entre outras.

Vieira consultou o presidente Lula sobre o uso da Lei da Reciprocidade na sexta-feira passada, durante viagem à Colômbia, e combinou o início do processo na última terça-feira, quando o tema foi tratado também com outros ministros, à parte da segunda reunião ministerial do ano.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, que está no México, participou ativamente da decisão e foi avisado do envio do ofício à Camex na tarde desta quinta-feira, 28, por telefone.

O governo brasileiro vinha negando sistematicamente a intenção de usar a Lei da Reciprocidade, inclusive em contatos com setores privados, mas decidiu que só abrindo essa frente haverá alguma chance de início de diálogo e negociação com os EUA - que, até agora, têm agido unilateralmente e fechado portas e ouvidos para as ponderações e argumentações do Brasil.

Lula, Alckmin e Vieira concluíram que não sobraram alternativas a não ser recorrer a um instrumento legal, legítimo e equivalente à Seção 301, usada por Trump para investigar práticas comerciais do Brasil e até Pix, desmatamento e a Rua 25 de Março, em São Paulo. Assim como o Brasil respondeu aos questionamentos civilizadamente, em mais de 80 páginas, espera que os EUA aja agora da mesma maneira. Trump, porém, é considerado “imprevisível”.

A expectativa é de que Trump finalmente abra espaço para conversas e um acordo quanto às tarifas, mas a decisão de Lula é clara: se isso não ocorrer, o Brasil irá até o fim, até a efetiva aplicação da Lei da Reciprocidade.

Se cumpridos todos os ritos e prazos máximos, inclusive de consulta da Camex aos ministérios envolvidos, como Desenvolvimento, Agricultura e Ciência e Tecnologia, a aplicação da Lei só deverá ocorrer em 210 dias a partir desta quinta-feira. Não significa, porém, que os prazos não possam ser reduzidos.

Além da Lei de Reciprocidade, aprovada no contexto de negociações com a União Europeia, e sob a liderança da senadora Tereza Cristina, ex-ministra da Agricultura do governo Bolsonaro, o Brasil também abriu consultas formais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o tarifaço de Trump, num processo que pode chegar à abertura de um painel para cobrança de explicações a Washington.

O recurso à OMC, porém, tem peso mais político do que prático, diante do enfraquecimento da própria organização e dos demais organismos multilaterais na era Trump. Numa terceira frente, a Advocacia-Geral da União (AGU) contratou um escritório de advocacia nos EUA para defender o País do tarifaço.

Em reunião com o seu correspondente em Washington, o chefe do Departamento de Estado Marco Rubio, Mauro Vieira já havia lembrado que o Brasil é deficitário nas relações comerciais com os EUA e tem um regime democrático que respeita o devido processo legal e a independência entre os Poderes.

Advertiu, assim, que não há qualquer possibilidade de negociação com base no processo de Bolsonaro, pois o presidente Lula, “além de não querer”, está impedido pela Constituição de intervir em outro poder, como chegou a exigir Trump em carta a Lula pelas redes sociais, considerada não recebida pelo Itamaraty.

Autoridades brasileiras negam, porém, que haja uma conexão direta entre o “timing” da deflagração de providências para o uso da Lei da Reciprocidade contra os EUA e o início do julgamento do “núcleo crucial” da tentativa de golpe de Estado, marcado para a próxima terça-feira, 2, que poderá levar o ex-presidente Bolsonaro à condenação e à prisão definitiva. Segundo essas pessoas, são dois processos totalmente independentes – apesar da insistência de Trump de condicionar uma coisa à outra.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 28/08/2025**

## ‘NÃO VOU POLUIR DEBATE DA REFORMA ADMINISTRATIVA COM AJUSTE FISCAL’, DIZ RELATOR

Deputado Pedro Paulo disse que não fez estimativas de impacto que a reforma teria, mas que haverá ‘economia imediata, no médio e no longo prazo’

**Por Gabriel Hirabahasi (Broadcast) e Pepita Ortega (Broadcast)**



### **Entrevista com Pedro Paulo - relator da reforma administrativa na Câmara**

BRASÍLIA - O relator da reforma administrativa, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), disse querer evitar que a discussão sobre as mudanças no serviço público seja “poluída” pelo debate sobre ajuste fiscal.

Em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast, Pedro Paulo disse que não fez estimativas de impacto que a reforma teria, mas que haverá “economia imediata, no médio e no longo prazo”.

“Já tem uma parte do time fazendo algumas pequenas projeções mas, mesmo se tiver, eu não vou divulgar, porque a gente não vai poluir o debate da reforma administrativa com ajuste fiscal. Não é porque a agenda do ajuste fiscal do governo federal está inconclusa que nós vamos depositar na reforma administrativa, uma responsabilidade que não é dela”, disse.

Para o deputado, a reforma, caso seja aprovada, será um legado do atual presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

### ***A seguir, os principais trechos da entrevista:***

#### **O sr. já falou que o objetivo da reforma não é ajuste fiscal, mas o senhor chegou a fazer uma estimativa de impacto fiscal que pode ter?**

Não fiz. Já tem uma parte do time fazendo algumas pequenas projeções, mas, mesmo se tiver, eu não vou divulgar, porque a gente não vai poluir o debate da reforma administrativa com ajuste fiscal. Não é porque a agenda do ajuste fiscal do governo federal está inconclusa que nós vamos depositar na reforma uma responsabilidade que não é dela, ainda que ela vá produzir economia imediata, no médio e no longo prazo. Eu falo como um deputado fiscalista, com várias medidas duras de ajuste fiscal, mas precisamos proteger a reforma dessa angústia de todos, inclusive minha.

#### **Como o sr. tem discutido esse cronograma para votação tendo em vista que a eleição de 2026 está se aproximando? O clima pode ficar contaminado?**

Quando uma proposta coloca em oposição os diferentes espectros ideológicos, a eleição é algo que atrapalha. Agora, quando o projeto começa a ser abraçado pela política e está em linha com o que a sociedade quer, ele vira um ativo para proximidade a eleição. Eu vi isso acontecer na reforma tributária. Tinha divergência, mas quando aprovou, tinha deputado de esquerda e de direita fazendo vídeo dizendo ser a favor da reforma. Eu fiz. Eu acredito que a gente pode ver isso ser capitalizado desse jeito agora na reforma administrativa.

#### **Mas a reforma tributária teve o governo muito forte por trás. Na reforma administrativa, há discordâncias do governo em relação ao seu texto. O sr. acha que sem o governo bancando 100%, como foi com a tributária, ainda assim a reforma tem chance?**

Sim, claro que tem. Porque eu acho que a energia está muito grande do Parlamento para aprovar.

#### **Ou seja, independe do governo?**

Não. Depende do governo. É infantil a gente imaginar que uma reforma não precisa do apoio do governo. A gente está fazendo um esforço para que mesmo aquilo em que não concordamos a divergência não seja impeditiva. O vice-presidente Geraldo Alckmin já falou da importância da reforma. A própria ministra Esther [Dweck, da Gestão] já fala diretamente sobre reforma administrativa. Desmistificou falar sobre esse tema, inclusive com o Poder Judiciário junto.

#### **Esse vai ser o grande tema do segundo semestre?**

Seria presunção isso. É uma das agendas. O presidente da Câmara Hugo Motta nesta quarta-feira, 27, citou a reforma administrativa, PEC da segurança, adultização, inteligência artificial [como prioridades]. A reforma administrativa é um ativo para o Brasil, mas acho que também vai ser reconhecida, uma vez aprovada, como um legado do presidente Hugo. É justo e merecido, porque sem um líder patrocinando uma reforma, sem os Poderes juntos, você não aprova. Reforma em que tem um Poder botando goela abaixo do outro não é reforma. Precisa ter todos os Poderes juntos.

#### **Como tem sido a reunião com as bancadas e o feedback dos deputados? Falta alguma bancada ainda?**

Têm sido muito positivos, seja pela aderência à proposta, seja pelas sugestões. Estou falando de reuniões com PT, PDT, PSB, que são partidos de centro-esquerda, a partidos como Republicanos, PSD e PSDB. Das bancadas maiores, faltam o PL e o MDB. Mas conseguimos avançar no grupo de trabalho. Temos representantes de todos os partidos, do Psol ao Novo, e convergimos em alguns pontos. Divergências vão ter, mas eu acho que a gente conseguiu reunir muitas propostas que geram concordância. Por exemplo, a gente está falando de acabar com férias de 60 dias: o Psol e o Novo vão ser a favor. A tabela [de remuneração] unificada também.

#### **Teve sugestão de bancadas que geraram mudanças no relatório, por exemplo?**

Tem, por exemplo, muitas sugestões de deputados sobre os privilégios ou na questão da advocacia pública. É uma questão muito recorrente nessas reuniões de bancada.

## Mas para dar uma flexibilizar o texto ou endurecer?

Para endurecer.

### Endurecer com a questão dos honorários?

Sim, por exemplo. Na questão da advocacia pública, eu não impedi que os honorários de sucumbência fossem pagos aos advogados públicos. Coloquei alguns critérios para que essa discussão leve em conta o resultado efetivo, melhoria da produtividade, e não simplesmente uma distribuição equitativa para complementar até chegar ao teto. Mas eu não impedi que eles pudessem, por exemplo, capitalizar os fundos públicos da advocacia pública. Muitos deputados dizem que precisamos enfrentar esse debate.

### O sr. já tem data para apresentar o texto?

Eu estou pronto para apertar o botão e subir os três textos [no sistema da Câmara]. Mas o presidente Hugo Motta pediu que colocássemos os deputados na mesma página para, com esse conjunto de sugestões, apresentarmos o texto mais amadurecido. Passadas as sabatinas nas bancadas e a comissão geral que ele [Motta] marcou [na próxima quarta-feira], eu acho que vamos estar prontos para uma versão 3.0, mais abraçada pela política.

### O julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro influencia de alguma forma a discussão no PL? A bancada do PL não pode ficar focada só no julgamento?

Pode ser uma circunstância, gerar algum tipo de impossibilidade no momento, mas a gente tem tido muito cuidado para que essas discussões não sejam uma trincheira de disputa ideológica, de Bolsonaro e Lula. A reforma administrativa, ainda que tenha gigantes contribuições do Executivo, tem boa parte da formulação dela no Parlamento. Isso traz um sentido de “paternidade”. A reforma tributária teve um pouco disso. Então, eu acho que pode ser uma vantagem para ela se esquivar dessa polarização.

### Nos textos haverá diretrizes para regulamentação posterior?

Sim, e vai ter uma outra escala de regulamentação na lei complementar, na lei ordinária, mas tomando cuidado para não ser muito específico e perder a noção do que significa o Brasil federativo, impor custos para os entes. A ideia é que não deixemos alguns comandos na Constituição como comandos vazios. O ministro Luís Roberto Barroso (presidente do Supremo Tribunal Federal) destacou isso como um bom ponto da proposta de reforma, estar casada a emenda constitucional com leis que avançam na regulamentação.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/08/2025

## OPERAÇÃO CARBONO OCULTO: ILEGALIDADE É UM CÂNCER QUE TOMA CONTA DO NOSSO PAÍS, DIZ OMETTO, DA COSAN

Operação deflagrada na manhã desta quinta-feira, 28, em São Paulo e outros sete Estados mira a infiltração do crime organizado no setor de combustíveis

Por Talita Nascimento (Broadcast)



O empresário Rubens Ometto, presidente do conselho de administração e controlador da Cosan, disse que a ilegalidade “é um câncer que está tomando conta do País”.

***‘Quando compramos a Esso, foi pelo mesmo motivo que vemos nos jornais hoje: adulteração de combustíveis, entre outras coisas’, afirmou Ometto***  
Foto: Felipe Rau/Estadão

Ometto disse que, quando a empresa comprou os ativos



de distribuição de combustíveis da Esso, em 2008, o motivo que levou a companhia estrangeira a deixar o País foram problemas ligados à ilegalidade e concorrência desleal no mercado brasileiro.

“Quando compramos a Esso, foi pelo mesmo motivo que vemos nos jornais hoje: adulteração de combustíveis, entre outras coisas”, afirmou.

No painel no evento, o empresário ainda comentou que, em sua visão, os juros do País hoje são “um convite aos empresários para serem vagabundos”.

Ometto disse ainda que a compra de participação na Vale foi um erro em sua carreira: “Um mau negócio, no qual perdemos dinheiro”. Ele disse ainda que os acionistas da mineradora têm perfil muito financeiro e não de empresário, para quem o lucro não é tudo.

### **ICL manifesta apoio à ofensiva contra o crime**

O Instituto Combustível Legal (ICL) manifestou “total apoio” a operações em andamento nesta quinta-feira contra a presença do crime organizado no setor de combustíveis.

Em nota, a instituição destaca o fato de que somente a Operação Carbono Oculto foca em 350 alvos com mandados de prisão, busca e apreensão em sete Estados brasileiros para desarticular um esquema criminoso no setor de combustíveis.

“Existem suspeitos da prática de crimes contra a ordem econômica, adulteração de combustíveis, crimes ambientais, lavagem de dinheiro, fraude fiscal e estelionato, reforçando a necessidade de a sociedade estar atenta à expansão do crime organizado em setores formais, seguindo o exemplo da máfia pelo mundo”, afirma o Instituto.

O ICL diz ainda que, além de lavar dinheiro ilícito e afetar diretamente a segurança pública, a atuação do crime no setor impacta diretamente a arrecadação de impostos e as políticas públicas, a concorrência entre os bons operadores do setor e o dia a dia dos milhões de motoristas que compram combustível diariamente.

“Temos alertado para a entrada do crime organizado no setor de combustíveis nos últimos anos, causando enormes prejuízos econômicos e sociais. Acreditamos que esta operação pode ser um marco em nossa sociedade para deixar claro, através de ações, que o Brasil não está disposto a tolerar práticas ilícitas. Reforçamos também a urgência na aprovação de leis que punam, de forma exemplar, devedores contumazes e quem mais buscar brechas para atuar de forma ilegal”, afirma o presidente do Instituto Combustível Legal, Emerson Kapaz.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 28/08/2025*

## **PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO PARA LOGÍSTICA NA AMAZÔNIA É CRÍTICO PARA DEMANDAS DE CURTO PRAZO**

País não tem nada parecido com plano de longo prazo que permita a definição de estratégias para a região de maneira que impeça que as decisões para investimentos se fundamentem em narrativas com consequências desastrosas

**Por Roberto Waack**

A história humana se forja a partir de narrativas, com frequência dissociadas de verdades científicas ou mesmo factuais. A história da logística na Amazônia se parece com a do livro Baudolino, do escritor italiano Umberto Eco. A obra trata da expansão geográfica medieval no Oriente inexplorado, misterioso e desconhecido, com projetos de ampliação territorial, religiosa e comercial, em uma mistura de ambições de governantes, comerciantes, empreendedores, intelectuais e aventureiros. Envolve uma babel multicultural diversa, composta por um franco-mourisco, um judeu, um alemão, italianos de vários cantos, um bizantino, um armênio e personagens do imaginário medieval. O caso amazônico também é assim: envolve uma profusão de stakeholders tão diversa quanto a do livro e

um roteiro de alta complexidade em torno do desenvolvimento da infraestrutura de logística na região.

Ainda na obra de Eco, relatos falsos, estatísticas fictícias, distorções acadêmicas, inverdades derivadas dos mais derivados interesses vão se transformando em uma mentira coletiva. Baudolino recebe a recomendação de um dos grandes historiadores da época, Nicetas Coniate, de que, para ter sucesso em suas descrições, “deverás também mentir, inventar histórias... mas terá que fazê-lo com moderação, pois o mundo condena os mentirosos que só sabem mentir e premia aqueles que mentem apenas sobre coisas grandiosas”.

Grandiosidade é o que não falta no mundo logístico amazônico, a começar pelo potencial hídrico dos rios Amazonas, Negro, Madeira e Tapajós, e a polêmica Rodovia Transamazônica. E, assim como no caso de Baudolino e suas moderadas e grandiosas mentiras, a discussão em torno desse grande desafio é formada por fragmentos desconexos, com falcatruas, trapaças, estórias e histórias. Não há nada parecido com um plano de longo prazo, devidamente articulado, que permita a definição de estratégias para a região de uma maneira que, ao final, impeça que as principais decisões para investimentos se fundamentem sobretudo em narrativas com consequências desastrosas.

No Brasil, o subinvestimento em infraestrutura de transporte acontece há décadas. O custo da logística é o maior responsável pela perda de competitividade das principais atividades econômicas do país, como o agronegócio e a mineração. Estudos da EsalqLog explicitam paradoxos derivados do cruzamento de dados sobre densidade ferroviária versus produção agrícola. O Mato Grosso, por exemplo, é o que apresenta, ao mesmo tempo, a maior demanda de uso de ferrovias para longas distâncias e a menor oferta de extensão ferroviária. Embora a distância de transporte interno do estado até os portos seja de cerca de 2 mil quilômetros e, dos portos até Shanghai, de aproximadamente 20 mil quilômetros, cerca de 70% do custo logístico total para a China corresponde ao transporte interno no Brasil. Enquanto o Mato Grosso deve estabelecer um novo recorde na colheita de grãos, o País continua sem perspectivas de rebalancear as alternativas para movimentação dessas commodities, dependendo dos mais de 200 mil quilômetros de rodovias pavimentadas e apenas 20 mil quilômetros de hidrovias navegáveis e 30 mil quilômetros de ferrovias (dos quais apenas um terço opera comercialmente).



**Trecho da Rodovia Transamazônica; no Brasil, subinvestimento em infraestrutura de transporte acontece há décadas Foto: Sergio Castro/Estadão**

A discussão sobre modais praticamente inexistente. Elementos como efeito espinha de peixe resultantes de entroncamentos e ramais informais, emissão de poluentes, gases de efeito estufa, custos de operação e manutenção, taxas de acidentes, poluição sonora, controle e rastreabilidade da carga,

fiscalização de procedência, compliance socioambiental e segurança social, geração de empregos e qualificação da mão-de-obra, contenção de impactos em torno dos terminais de carga são pouco compreendidos e discutidos. Paradigmas precisam ser atualizados, como a visão simplista de que a construção de obras de infraestrutura é necessariamente danosa ao meio ambiente.

Estudo conduzido pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) indica a necessidade urgente do rebalanceamento da matriz de cargas, priorizando maior participação de modais com menor fator de emissão de carbono por toneladas transportadas por quilômetro (TKU). O transporte ferroviário emite menos CO<sub>2</sub> por TKU que o rodoviário, representa hoje 16% das movimentações de carga nacionais e emite cerca de 1,6% do volume de CO<sub>2</sub> do setor de transportes.



O modal hidroviário e de cabotagem responde por 15% das movimentações, com emissões também menores do que o rodoviário. O estudo aponta vetores críticos para endereçar os desafios climáticos e propõe a expansão dos modos ferroviário e aquaviário, aumentando sua participação na matriz de cargas de 31% do total movimentado em 2023 para 55% em 2050.

O modal ferroviário é frequentemente acusado de extrapolações de efeitos adversos comuns às rodovias, que têm livre acesso e fiscalizações limitadas, favorecendo um desmatamento desordenado e o avanço da ocupação irregular de seu entorno. Mas ferrovias têm rígido controle de legalidade e alta rastreabilidade das mercadorias embarcadas em seus terminais. Podem, assim, ser mecanismos de auxílio na implementação de políticas públicas de gestão territorial, inibindo o transporte de produtos provenientes de áreas irregulares, desmatadas ilegalmente, objetos de grilagem, garimpo ilegal e exploração predatória. Ferrovias também possuem alta capacidade de transporte e alta eficiência energética, demandando menos viagens para transportar cargas e pessoas, reduzindo custos, geração de ruídos e de resíduos e uso de derivados fósseis para pavimentação.

Já no campo das hidrovias, faltam cartas náuticas de qualidade, balizamentos e mapeamento preciso dos regimes de cheias, vazantes e assoreamentos. A navegabilidade o ano todo tem sido cada vez mais comprometida por baixos calados, sem contar a falta de portos e retroportos integrados a outros modais. E, no modal rodoviário, ao mesmo tempo em que a precariedade das rodovias amazônicas se evidencia, o País conta com as mais sofisticadas tecnologias de controles de pedágios, como free flow, pesagens dinâmicas, além de asphaltamentos com reuso de materiais. Existe, ainda, grande potencial de redução de emissões derivadas da renovação de motores, com emissões significativamente mais baixas do que a média dos motores que rodam no país atualmente.

A deficiência histórica em infraestrutura na Amazônia se agrava com o aumento da densidade urbana na região, cada vez mais demandante de integração nacional. A fragilidade logística afeta todos os segmentos populacionais e industriais, impactando o escoamento de produtos e a crescente atividade sociobioeconômica, além do atendimento a necessidades básicas como saúde e educação. O isolamento proporciona condições absolutamente precárias em todos os indicadores sociais e favorece a criminalidade, provavelmente o maior desafio atual da região.

Para um país com as dimensões do Brasil, não há uma solução única. É preciso equacionar polêmicas inconclusas e frequentemente viesadas sobre temas como viabilidade econômica dos projetos em pauta, parcerias público-privadas, investimentos internacionais, o papel da logística na defesa da soberania amazônica e integração panamazônica e acesso ao Pacífico, além da relação de modais com desmatamentos em larga escala derivados de redução de custos de frete e incentivo à produção agrícola em regiões ainda cobertas por florestas, métricas de influência e impacto em terras indígenas e metodologias de consultas públicas. As lideranças organizadas do crime, enquanto isso, usufruem da situação, como faziam os invasores bárbaros, cruzados e hunos nas narrativas divertidas e inofensivas da boa literatura de Umberto Eco.

O problema é que, no caso em questão, o mal uso da retórica precisa ser substituído por ações concretas na Amazônia, fundamentadas em dados de qualidade e em um bom e consistente debate sobre as melhores opções logísticas para a região de maior valor de capital natural do planeta.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 28/08/2025*

## **BRASIL APLICA MEDIDA ANTIDUMPING EM IMPORTAÇÕES DE RESINAS DE POLIETILENO DOS EUA E DO CANADÁ**

Gecex-Camex aprovou também a aplicação de direito antidumping definitivo sobre folhas metálicas de aço carbono da China e de fibras de poliéster de mais três países da Ásia

**Por Flávia Said (Broadcast)**

BRASÍLIA - O Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex-Camex) decidiu nesta quarta-feira, 27, pela aplicação de antidumping provisório, por até seis meses, sobre as importações de resinas de polietileno dos Estados Unidos e do Canadá.

O órgão deliberou sobre temas envolvendo defesa comercial, reduções tarifárias e importação de resíduos sólidos, entre outros assuntos.

Ainda na área de defesa comercial, foi aprovada a aplicação de direito antidumping definitivo sobre as importações de folhas metálicas de aço carbono da China e de fibras de poliéster de China, Índia, Tailândia e Vietnã.



**Medida antidumping chega em momento conturbado no comércio entre o Brasil e os EUA (na foto, o Porto de Baltimore) Foto: Jim Watson/AFP**

O Gecex aprovou ainda a imposição de limites à importação de itens relativos a papel e vidro, a partir de valores propostos pelo Fórum Nacional de Economia Circular e pelo Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis.

Na mesma reunião, foram aprovadas reduções tarifárias para sete produtos, dentre eles insumos para a indústria de saúde, cujas alíquotas do imposto de importação foram zeradas. Segundo o comitê, isso deverá gerar impactos positivos aos consumidores nacionais.

Foram igualmente reduzidas a zero as alíquotas de importação para diversos produtos de Bens de Capital e de Telecomunicações e Informática, na modalidade de Ex-tarifário, a fim de aumentar os investimentos no País e na inovação do parque fabril nacional.

### **Medidas pós-tarifaço**

Também foi alterada a Resolução Gecex nº 633/2024, que trata do Seguro de Crédito à Exportação, no contexto dos atos normativos do Plano Brasil Soberano, lançado na semana passada para mitigar os prejuízos decorrentes das tarifas aplicadas pelo governo dos EUA às exportações brasileiras.

O objetivo da mudança na resolução é incluir no regramento a observância da Política de Subscrição de Riscos do Fundo Garantidor de Exportações (FGCE), adaptando as regras de financiamento de exportações às novas diretrizes legislativas.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 28/08/2025**

## **JUSTIÇA DECRETA A PRISÃO DE CHEFES DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA QUE LAVOU DINHEIRO NA FARIA LIMA**

Ao todo, a 13ª Vara Federal de Curitiba decretou a prisão de 14 envolvidos em fraudes de combustíveis que movimentou R\$ 23 bilhões

**Por Marcelo Godoy**

A 13ª Vara Federal de Curitiba decretou a prisão de 14 acusados de envolvimento com a organização criminosa que se apropriou de parte da cadeia produtiva dos combustíveis no País e estava lavando dinheiro em fundos de investimento na região da Faria Lima. As fraudes movimentaram R\$ 23 bilhões. Entre os acusados que tiveram a prisão decretada estão os empresários Roberto Augusto Leme da Silva, o Beto Loco, e Mohamad Hussein Mourad, o Primo, apontados como verdadeiros donos do antigo grupo Aster/Copape.

Silva e Mourad não foram localizados para se manifestar sobre as acusações. O espaço está aberto.



**A Polícia Federal realiza Operação Carbono Oculto na Avenida Faria Lima, principal centro financeiro do País, na zona oeste de São Paulo Foto: Werther Santana/Estadão**

A PF já prendeu seis integrantes do grupo. Contudo, tanto Mourad quanto Belo Loco são considerados foragidos. A investigação do Grupo de Investigações Sensíveis (Gise), da Superintendência da Polícia Federal (PF) de Curitiba começou em 2023, depois que um homem ligado ao Primeiro Comando da Capital (PCC) deixou a prisão, onde cumpria pena por tráfico

internacional de drogas. O homem acabou se transformando em administrador de uma distribuidora de combustíveis.

Em pouco tempo, a empresa, que não tinha receitas, passou a movimentar milhões de reais. Seguindo essa pista, os federais chegaram ao mesmo grupo que era investigado por promotores do Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), de São Paulo, o que resultou na organização das Operações Carbono Oculto, Quasar e Tank, estas duas últimas também levadas a cabo pela PF nesta quinta-feira, dia 28.

Durante as investigações, os policiais descobriram que o grupo estava lavando dinheiro por meio de uma instituição de pagamentos chamada Tycoon Technology. Trata-se de uma fintech usada pelos criminosos para movimentar dinheiro da fraude em combustíveis. Os policiais conseguiram na Justiça o bloqueio de 1,2 mil veículos do grupo, a maioria caminhões-tanque. Ao todo, 141 destes foram apreendidos na operação desta quinta-feira.

Também obtiveram o bloqueio de 190 imóveis avaliados em R\$ 1 bilhão. e apreenderam recursos. Entre os presos pelos federais está o homem apontado como diretor da Tycoon, o empresário Rafael Bronzatti Belon. A reportagem não conseguiu localizar sua defesa. Também foi preso pelos policiais Rafael Gineste. O acusado estava escondido em uma lancha e atirou o celular ao mar.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 28/08/2025**



## **VALOR ECONÔMICO (SP)**

### **EUA E PANAMÁ PEDEM FORÇA-TAREFA DO CONSELHO DE SEGURANÇA CONTRA GANGUES NO HAITI**

Questão preocupa especialmente pelo envolvimento de crianças, que, segundo a ONU, responderiam por pelo menos metade dos integrantes das gangues armadas

**Por Reuters — Nova York e Cidade do México**

Os Estados Unidos e o Panamá lançaram nesta quinta-feira (28) um projeto de resolução para que o Conselho de Segurança da ONU estabeleça uma “força-tarefa de repressão às gangues” no Haiti, onde, segundo um funcionário da ONU, pelo menos 50% dos integrantes desses grupos são crianças.

O Conselho de Segurança autorizou uma força-tarefa inicial em outubro de 2023, e ela foi parcialmente implantada em junho do ano passado, mas tem enfrentado dificuldades devido à falta

de recursos e pessoal. Até agora, teve pouco sucesso em ajudar a polícia nacional a conter o avanço territorial das gangues no Haiti, que atualmente controlam a maior parte da capital Porto Príncipe.



### **Conselho de Segurança da ONU — Foto: Bebeto Matthews/AP**

A embaixadora interina dos EUA na ONU, Dorothy Shea, afirmou que os EUA e o Panamá propõem a criação do projeto para coibir gangues armadas haitianas, além de criar um Escritório de Apoio da ONU para fornecer apoio logístico terrestre à força no Haiti e para "financiar adequadamente e de forma sustentável esse esforço".

"Isso garantirá que a missão tenha as ferramentas necessárias para enfrentar as gangues", disse ela ao conselho.

"A próxima força internacional precisa ter recursos para manter território, proteger infraestrutura e complementar a Polícia Nacional Haitiana", completou.

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, já havia sugerido a criação de um escritório de apoio no início deste ano. Enquanto isso, o número de haitianos deslocados internamente devido ao conflito aumentou para cerca de 1,3 milhão.

Guterres pediu um apoio material mais forte, incluindo a aplicação mais rigorosa do embargo de armas contra as gangues do Haiti. A ONU estima que a maioria das armas em posse dos grupos armados é traficada a partir do estado americano da Flórida.

### **Crianças no combate**

A chefe da agência da ONU para a infância informou ao conselho que houve um aumento de 700% no recrutamento e uso de crianças pelas gangues nos primeiros três meses deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado.

"Estimamos que crianças representam atualmente impressionantes 50% dos membros dos grupos armados em atividade hoje", disse a diretora executiva do UNICEF, Catherine Russell. "

As crianças estão sendo forçadas a desempenhar papéis de combate, participando diretamente de confrontos armados. Outras estão sendo usadas como mensageiras, olheiras, carregadoras de armas ou exploradas como trabalhadoras domésticas", afirmou.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 28/08/2025*

## **GOVERNO FEDERAL EXPLICA OPERAÇÃO PARA APURAR ATUAÇÃO DO PCC NO SETOR DE COMBUSTÍVEIS; ASSISTA**

Mais de 350 alvos são suspeitos da prática de crimes contra a ordem econômica, adulteração de combustíveis, crimes ambientais, lavagem de dinheiro, fraude fiscal e estelionato

### **Por Valor — São Paulo**

Os ministros da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e da Fazenda, Fernando Haddad, ao lado do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e da subsecretária de Fiscalização da Receita Federal, Andrea Costa Chaves, concedem entrevista coletiva para detalhar as operações da Polícia Federal contra o crime organizado no setor de combustíveis. Assista ao vivo:

As investigações apontam que um esquema sofisticado lavava o dinheiro proveniente do crime e obtinha lucros na cadeia produtiva de combustíveis por meio do uso de várias empresas

operacionais para esconder a origem criminosa do dinheiro. A sonegação fiscal e a adulteração de produtos aumentavam os lucros.

Operações financeiras realizadas por meio de fintechs dificultavam o rastreamento dos valores transacionados, segundo a Receita Federal. O lucro dos recursos lavados do crime eram blindados em fundos de investimentos com diversas camadas de ocultação de forma a tentar impedir a identificação dos reais beneficiários.

A Receita identificou ao menos 40 fundos de investimentos, com patrimônio de R\$ 30 bilhões, controlados pelo PCC. Segundo o órgão, as operações aconteciam no mercado financeiro de São Paulo, por meio de infiltrados na Avenida Faria Lima.

As investigações apontam que um dos eixos da trama ilícita é a importação irregular de metanol — a carga chega ao país pelo Porto de Paranaguá (PR), mas não é entregue aos destinatários registrados nas notas fiscais.

O produto é desviado e transportado clandestinamente, com documentação fraudulenta e em desacordo com normas de segurança, até postos e distribuidoras para adulterar combustíveis e gerar, com isso, lucros bilionários para a facção. Mais de 300 postos de combustíveis do país foram identificados como parte do esquema.

Os investigadores destacam que, nesses estabelecimentos, os consumidores pagam por volumes inferiores ao informado pelas bombas ou por combustíveis adulterados, fora das especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

De forma concomitante, a Polícia Federal (PF) deflagrou duas operações em São Paulo e no Paraná para coibir a atuação do crime organizado na cadeia produtiva de combustíveis.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 28/08/2025*

## AO MENOS R\$ 7,6 BI DEVEM SER BLOQUEADOS JUDICIALMENTE PELA OPERAÇÃO CARBONO OCULTO

*Por Alex Jorge Braga, Valor — São Paulo*



— Foto: Pixabay

Pelo menos R\$ 7,6 bilhões devem ser bloqueados judicialmente pela Operação Carbono Oculto, que foi deflagrada nesta quinta-feira (28) pelas forças de segurança federais e estaduais com o objetivo de dismantlar esquema de uma facção criminosa envolvida em crimes contra a ordem econômica, adulteração de combustíveis, crimes ambientais, lavagem de dinheiro, fraude fiscal e estelionato.

Em São Paulo, o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira/SP) deve entrar com um pedido na Justiça para bloquear bens suficientes para recuperar o tributo que foi sonegado.

### Como funcionava o esquema criminoso

As autoridades responsáveis pela investigação descobriram irregularidades nas diversas etapas no processo de produção e distribuição de mais de 300 postos de combustíveis. Há ainda indícios de que os investigados simulavam a compra dessas redes para ampliar o esquema criminoso, mas não pagavam os proprietários. Caso os donos do estabelecimento cobrassem, eram ameaçados de morte.

Segundo o Ministério Público, outra fraude investigada era a importação irregular do metanol. O produto, que chega ao país pelo Porto de Paranaguá, no Paraná, não seria entregue aos destinatários indicados nas notas fiscais, mas desviado e transportado clandestinamente para outro lugar e utilizado para adulterar combustíveis.

Esse transporte irregular coloca em risco motoristas, pedestres e o meio ambiente, pois o produto é altamente inflamável e tóxico.

Para ocultar os verdadeiros beneficiários dos lucros ilícitos, os ganhos eram distribuídos por meio de uma rede de interpostas pessoas, camadas societárias e financeiras, fundos de investimento e instituições de pagamento. Parte substancial desses recursos foi usada para comprar usinas sucroalcooleiras e expandir a atuação criminosa em distribuidoras, transportadoras e postos de combustíveis.

Os criminosos utilizavam ainda fintechs em vez de bancos tradicionais de pagamentos a fim de dificultar o rastreamento dos recursos. Com a operação, as equipes devem colher ainda mais provas contra os envolvidos.

### **Força-tarefa**

Mandados de busca e apreensão contra cerca de 350 investigados são cumpridos em São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Só em São Paulo, foram empenhadas equipes dos Batalhões de Choque, da Polícia Militar, e do Departamento de Operações Policiais Estratégicas, da Polícia Civil, tanto na região da capital quanto em São José do Rio Preto, Campinas, Piracicaba, Ribeirão Preto, Bauru e Sorocaba, onde as ordens judiciais são cumpridas.

A força-tarefa é composta por cerca de 1,4 mil agentes do Ministério Público paulista, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco); das Polícias Civil e Militar; da Polícia Federal; do Ministério Público Federal; e da Receita Federal; além da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, que participa diretamente de 50 alvos, com a atuação de 160 auditores fiscais, responsáveis pela apreensão digital de documentos.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 28/08/2025*

## **PORTO PERUANO OPERADO PELA CHINA AMBICIONA VIRAR 'HUB' DAS AMÉRICAS CENTRAL E DO SUL**

*Por Nikkei Asia, Valor — Chancay (Peru)*



### **Porto de Chancay, no Peru — Foto: Reprodução**

O tráfego marítimo está aumentando entre a China e o Peru com a inauguração de um porto perto da capital Lima, majoritariamente de propriedade chinesa. A instalação tem a mais recente tecnologia chinesa, reduzindo o tempo de transporte e alarmando os Estados Unidos.

A cidade de Chancay fica a cerca de 80 quilômetros ao norte de Lima. Seu porto, inaugurado em novembro, fica além de um túnel de 1,8 quilômetro sob a cidade.

Antes de entrar, os visitantes são solicitados a se registrar em um sistema de reconhecimento facial, semelhante ao que existe na China. O porto conta com rede sem fio 5G de alta velocidade da Huawei Technologies, que, segundo representantes, agiliza os procedimentos de entrada e saída de caminhões.



O porto de Chancay é operado pela Cosco Shipping Ports Chancay Peru (CSPCP), que é 60% controlada pela China Cosco Shipping, a maior empresa de transporte marítimo estatal da China.

A instalação permite que cargas da América do Sul viajem diretamente para a Ásia, em vez de precisar passar pela América Central ou do Norte, reduzindo o tempo de transporte de 35 para 23 dias.

O projeto portuário foi desenvolvido sob os auspícios do governo chinês como parte fundamental da iniciativa chinesa de infraestrutura transfronteiriça Rota da Seda, para a América do Sul. O presidente chinês, Xi Jinping, participou da cerimônia de inauguração do porto por videoconferência.

Entre os principais recursos de Chancay está o uso da tecnologia de automação chinesa de ponta.

Durante uma visita em um dia de semana no final de julho, o porto foi recriado em um grande display interno, mostrando o status dos contêineres e veículos autônomos nas instalações em tempo real, juntamente com dados detalhados.

Chancay é "um dos portos mais avançados do mundo", disse o vice-gerente geral da CSPCP, Gonzalo Rios. É semelhante a uma versão em miniatura do porto de Xangai, com avanços ambientais, como a reciclagem de água do mar.

Em uma sala repleta de monitores, os funcionários observavam guindastes carregando e descarregando cargas. Embora eles possam assumir o controle dos guindastes, se necessário, o equipamento funciona sem qualquer intervenção humana. Quase nenhum trabalhador era visto ao redor do porto, mesmo com o fluxo de carros e contêineres fabricados na China.

A drástica melhoria na conveniência oferecida pelo novo porto impulsionou a demanda. Após seis meses de operação experimental, o porto entrou em operação plena em junho. Durante o período experimental, cerca de US\$ 1 bilhão em transações passaram pelo porto, com o governo peruano arrecadando cerca de 500 milhões de soles (US\$ 140 milhões) em receita, de acordo com Rios.

A capacidade anual de Chancay deve atingir 1,5 milhão de unidades equivalentes a vinte pés (TEUs), conforme planejado.

"Este pode se tornar um porto hub para a América Central e do Sul", disse Rios. "Prevemos um crescimento ainda maior com a expansão da produção e o desenvolvimento de infraestrutura nos países sul-americanos."

O porto também está transportando produtos sul-americanos para os mercados asiáticos, além da China, incluindo mirtilos cultivados no Peru para a Indonésia e a Índia.

A Cosco investiu cerca de US\$ 1,3 bilhão no porto até o momento, com planos para um total de US\$ 3,5 bilhões em gastos. A meta é expandir de quatro para 15 berços.

Chancay tem o potencial de transformar o comércio entre a América do Sul e a Ásia, possibilitando a realização do sonho de longa data de uma rota marítima direta da costa atlântica para a Ásia. O Brasil — um fornecedor global de alimentos cada vez mais importante — e a China estão discutindo a construção de uma ferrovia transcontinental entre Chancay e o leste do Brasil.

Cerca de 30% das exportações brasileiras vão para a China. O comércio com os Estados Unidos aumentou em um múltiplo de 68 entre 2000 e 2023, enquanto o comércio entre 12 países sul-americanos e a China cresceu 40 vezes nesse período.

O envolvimento do governo chinês no porto de Chancay tem sido uma preocupação para os Estados Unidos há muito tempo. Quando foi inaugurado, a general Laura Richardson, então comandante do Comando Sul do Exército dos Estados Unidos, expressou preocupação de que ele pudesse ser usado pela Marinha chinesa.

Um relatório divulgado em junho pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais observou o envolvimento chinês em 37 portos na América Latina e no Caribe, classificando Chancay como de alto risco.

"O interesse da China nos portos da América Latina e do Caribe é mais amplo e o risco mais variado do que se sabia anteriormente", afirmou o relatório, acrescentando que esses investimentos "abrem a porta para Pequim obter vantagem estratégica, coletar dados sensíveis e expandir sua influência geopolítica para mais perto da costa dos Estados Unidos".

Rios, do CSPCP, desconsiderou essas preocupações. "Somos uma empresa privada e operamos apenas para fins comerciais", disse ele.

Como a lei peruana exige procedimentos rigorosos para navios de guerra estrangeiros atracando em portos, "operações militares seriam impossíveis", disse ele.

Empresas no Japão, por exemplo, hesitam em usar o porto de Chancay por receio de contrariar os Estados Unidos, um aliado de longa data. Rios disse que isso não deve ser motivo de preocupação.

"O Peru é um dos países mais abertos do mundo a negócios e investimentos estrangeiros", disse ele.

27/08/2025 20:49:14

Fonte: *Valor Econômico* - SP

Data: 28/08/2025

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### INVESTIMENTOS EM PORTOS FLUVIAIS SOMAM MAIS DE R\$ 770 MILHÕES DESDE 2019, DIZ MPOR

Da Redação *Portos e logística* 28/08/2025 - 18:49



O governo federal destinou mais de R\$ 770 milhões para Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4), consideradas parte essencial da infraestrutura de transporte das regiões ribeirinhas. De acordo com a Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN), desde 2023, foram aplicados cerca de R\$ 390 milhões na construção, manutenção e revitalização desses portos fluviais. O montante supera os R\$ 380 milhões investidos de 2019 a 2022.

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) informou que há na região amazônica mais de 80 instalações portuárias de pequeno porte em operação administradas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e que há outras sendo entregues ou previstas. Uma delas é a IP4 de Itacoatiara Antigo, no Amazonas, que entrou em operação em junho, após obras de revitalização que custaram R\$ 11 milhões.

Outra foi a de Barcelos, no mesmo estado, entregue em agosto e na qual foram investidos R\$ 20 milhões, com expectativa de beneficiar cerca de 20 mil moradores. E deve ser entregue ainda este ano no estado amazonense o Porto de Envira, que recebeu aporte de R\$ 37,6 milhões.

Além dessas, há previsão de entrada em operação de novas instalações fluviais, segundo o MPor. A IP4 de Fonte Boa, outra no Amazonas, já tem contrato assinado e ordem de início de serviços

emitida. E, informou o Ministério, já foram divulgados editais para portos fluviais em Tefé, Tonantins, Manaus e Autazes, no Amazonas, e Porto Velho, em Roraima. E já há estudos para mais 29, em Pernambuco, Amazonas, Pará, Maranhão, Bahia, Alagoas, Amapá e Acre.

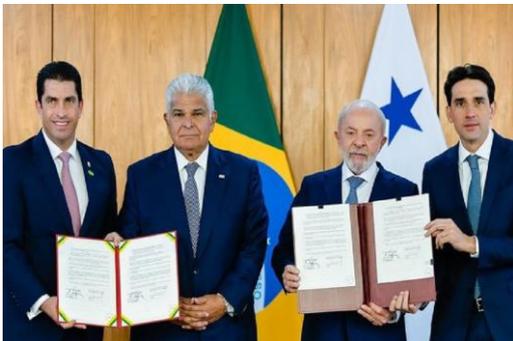
Segundo o ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, os portos fluviais são, para a população do Norte do país, opção para a locomoção e o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas, com o transporte de passageiros e de mercadorias. “Os portos fluviais são mais do que estruturas. São polos de acesso a serviços essenciais para a população, como educação, renda e saúde”, afirmou.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 28/08/2025*

## BRASIL E PANAMÁ FIRMAM MEMORANDO DE COOPERAÇÃO EM LOGÍSTICA E COMÉRCIO EXTERIOR

*Da Redação Portos e logística 28/08/2025 - 17:24*



Brasil e Panamá assinaram, nesta quinta-feira (28), no Palácio do Planalto, durante visita oficial do presidente da República panamenho, José Raúl Mulino, memorando de entendimento entre o Ministério de Portos e Aeroportos e a Autoridade do Canal do Panamá. O objetivo é uma parceria para fortalecer a cooperação em infraestrutura logística, transporte marítimo e comércio exterior. O Panamá é o principal parceiro comercial do Brasil na América Central, com fluxo de US\$ 934,1 milhões em 2024.

O memorando, que terá duração inicial de dois anos, podendo ser renovado, prevê intercâmbio de informações sobre portos e transporte marítimo, desenvolvimento de novas rotas para as exportações brasileiras via Canal do Panamá e estudos sobre descarbonização e seus impactos econômicos. Estão previstas também ações de capacitação em gestão portuária e logística, troca de tecnologias para modernização do setor e iniciativas ambientais, incluindo redução de emissões e gestão de águas de lastro.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva classificou a presença do presidente panamenho em Brasília como o começo de uma nova relação entre Brasil e Panamá, após 17 anos sem visita oficial de um chefe de Estado daquele país. “A aproximação deve gerar avanços no comércio, na ciência e na tecnologia, e a relação precisa ser uma via de duas mãos, em que todos ganham”, disse Lula.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 28/08/2025*

## CÂMARA DE NITERÓI DEVE VOTAR PL PARA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DO SETOR NAVAL NA PRÓXIMA SEMANA

*Por Danilo Oliveira Indústria naval 28/08/2025 - 17:08*



Projeto de lei prevê condições especiais para quitação e parcelamento de dívidas tributárias das empresas do setor, com descontos de até 100% sobre juros e multas, visando regularização e recuperação econômica do setor. Expectativa da prefeitura da cidade fluminense é arrecadar mais de R\$ 300 milhões

A Câmara de Vereadores de Niterói (RJ) pode votar, na próxima semana, o projeto de lei para regularização de dívidas de empresas do setor naval, encaminhado pelo executivo municipal no começo de agosto. O PL, cuja finalidade é recuperar a indústria naval da cidade, concede descontos para a quitação de dívidas com o município. Havia a possibilidade de que

o PL fosse apreciado na sessão desta quinta-feira (28), mas o projeto não entrou na pauta de votação. A expectativa da prefeitura é que a votação ocorra já na semana que vem, a partir da próxima terça-feira (02/09).

O PL propõe condições especiais para quitação e parcelamento de dívidas tributárias das empresas do setor naval, com descontos de até 100% sobre juros e multas, visando à regularização e recuperação econômica do setor. A expectativa é arrecadar mais de R\$ 300 milhões. O benefício inclui IPTU, TCIL e ISSQN, com prazo de até 240 parcelas e descontos diferenciados para pagamento à vista ou parcelado. A proposta também prevê facilidades para empresas em recuperação judicial ou falência. A medida segue orientações do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) para melhorar a recuperação dessas dívidas.

"Elaboramos um projeto de lei de um Refis para a indústria naval, porque, de todos os setores econômicos, o que mais sofreu com a crise foi o setor naval", disse o prefeito de Niterói, Rodrigo Neves, em reunião no último dia 11 de agosto, com empresários do setor naval, executivos de estaleiros e que contou com a presença dos presidentes do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Roberto Ardenghy, e da Transpetro, Sérgio Bacci.

Na semana passada, o secretário de desenvolvimento econômico e revitalização do centro de Niterói, Fabiano Gonçalves, disse em outro evento que o que cabe ao município já havia sido encaminhado. Ele explicou que o PL foi modulado para a realidade do setor, inclusive pensando nos estaleiros que estão em recuperação judicial. "O projeto está na casa, vai ser votado até o final deste mês e as empresas vão poder aderir ao Refis", garantiu.

O secretário frisou que a medida tem como objetivo principal dar incentivo a essa indústria. "Não adianta pensarmos em descomissionamento, desmantelamento, construção naval e reparos, se as empresas estiverem sem as certidões", acrescentou Gonçalves, durante o evento 'One Stop Shop Day', promovido na semana passada pelo Estaleiro Mac Laren, no Rio de Janeiro (RJ).

Na ocasião, ele disse que a gestão municipal possui uma série de iniciativas para fomentar a indústria naval, incluindo a dragagem do Canal de São Lourenço, que está em curso, e a criação de um polo de desenvolvimento tecnológico, além da busca por parcerias com redes de hotéis para ampliar o número de acomodações em Niterói, o que atenderia uma demanda de trabalhadores da construção naval e também tripulantes de embarcações.

A avaliação é que a cidade, que tem 500 mil habitantes, possui carência de quartos e de hospedagem em comparação a outros municípios do estado. A prefeitura tem opção de utilizar um fundo de R\$ 1 bilhão destinado à revitalização do centro, em parceria com a Caixa Econômica Federal, que poderia ser aplicado para fomentar a construção de hotéis, pousadas e hostels, por exemplo.

O hub de inovação foi criado na região da Cantareira, ao lado do campus da Universidade Federal Fluminense (UFF). "Queremos ter esse cluster naval offshore dentro do nosso parque de desenvolvimento tecnológico, junto com a UFF e mais 8 universidades que temos na cidade. E, junto com o IBP, fazer um simpósio com a UFF para começar a discutir essas questões e o que tem de demanda para aumentar o conteúdo nacional e inovarmos esse segmento", adiantou Gonçalves.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 28/08/2025*

## **TCP COMPRA NOVO ÔNIBUS ELÉTRICO PARA TRANSPORTE DE TRABALHADORES EM SEU TERMINAL**

*Da Redação Portos e logística 28/08/2025 - 16:28*

A TCP, empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá, informou que recebeu na última sexta-feira (22) o segundo ônibus elétrico de sua frota, destinado a transportar os colaboradores pelo pátio de operações, que tem mais de 480 mil metros quadrados. Segundo a



e ar-condicionado.

companhia, o veículo, fabricado pela chinesa BYD e montado pela Marcopolo, em Caxias do Sul, representa investimento de cerca de três milhões de reais.

O ônibus, informou a TCP, tem autonomia de 250 quilômetros por ciclo, carregamento completo em aproximadamente duas horas e sistema de freios regenerativos, que auxilia no carregamento da bateria. Ele pode receber até 30 passageiros sentados, possui design sem degraus (low entry), com suspensão pneumática e rebaixamento bilateral, que se rebaixa ou eleva para o embarque e desembarque de passageiros,

Kayo Zaiats, gerente de saúde, segurança do trabalho e meio ambiente da TCP, disse que a compra do novo ônibus elétrico, além de visar o bem-estar e a segurança dos trabalhadores, faz parte da estratégia para fazer do Terminal de Contêineres de Paranaguá um porto verde de referência. A companhia explicou que é signatária do Pacto Global das Nações Unidas desde 2016 e investe para reduzir emissões de gases de efeito estufa.

Segundo a TCP, desde 2022, o Terminal compra energia elétrica 100% gerada por fontes renováveis, o que levou a empresa a receber em 2025 o Certificado Internacional de Energia Renovável (I-REC) pelo terceiro ano consecutivo. Além disso, apostou na eletrificação dos guindastes pórticos sobre pneus (RTG), responsáveis por movimentar cargas entre caminhões e blocos de contêineres, e concluiu neste ano projeto piloto para substituir geradores a diesel de três RTGs por motores elétricos, o que reduziu em 97% a emissão de gás carbônico por eles.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 28/08/2025*

## ORDEM DE SERVIÇO PARA DRAGAGEM DE SUAPE SERÁ ASSINADA NESTA SEXTA (29)

*Da Redação Portos e logística 28/08/2025 - 16:31*



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anunciou que será assinada, nesta sexta-feira (29), em Pernambuco, pelo ministro Silvio Costa Filho, a ordem de serviço para início da dragagem do Porto de Suape, que vai ampliar a profundidade do canal interno do terminal. O investimento para a realização dos trabalhos será de R\$ 204 milhões.

O MPor informou que os serviços serão custeados em parceria pelos governos federal e estadual, sendo R\$ 100 milhões em aportes feitos pelo primeiro e R\$ 104 milhões pelo segundo. Com a obra, a profundidade do

canal será de 16,4 metros, permitindo a entrada de navios de grande porte, como porta-contêineres.

Segundo o Ministério, a dragagem é considerada estratégica para a expansão da movimentação de cargas em Suape. Além disso, a profundidade ampliada e a possibilidade de receber navios de grande portes permitirão a implantação do novo terminal de contêineres da APM Terminals (Maersk).

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 28/08/2025*

## ARTIGO - DECISÃO DA ANTAQ SOBRE TAXA DE CONTÊINERES E DECISÃO DA RECEITA QUE REDUZ BUROCRACIA FACILITAM VIDA DO IMPORTADOR

*Por João Casalatina e Felipe Chalegre Opinião 28/08/2025 - 16:39*



desembaraço de mercadorias.

Duas medidas anunciadas na primeira semana de agosto vão ter impacto positivo, financeiro e operacional, no comércio exterior. O acórdão 521/2025 da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) traz alívio aos importadores em relação a uma das despesas mais onerosas do comércio exterior, os custos de atraso na devolução de contêineres (demurrage). Em paralelo, a Receita Federal eliminou boa parte das exigências de descrição de atributos opcionais de produtos no Siscomex, a plataforma digital de comércio exterior do Brasil, reduzindo a burocracia e acelerando o

O acórdão 521/2025 da Antaq, publicado em 6 de agosto, determina que a sobrestadia só pode ser cobrada do importador quando ele for o responsável direto pelo atraso. Caso contrário, a responsabilidade recai sobre o verdadeiro causador do atraso, sejam os transportadores, os terminais ou demais agentes da cadeia logística. Esse ponto é crucial, uma vez que inverte a lógica histórica de impor ao importador a conta de atrasos sob os quais o importador não possui controle.

Até então, o tema da demurrage vinha sendo alvo de decisões judiciais conflitantes: alguns tribunais afastavam a responsabilidade em hipóteses de força maior, enquanto outros mantinham a cobrança integral independentemente de fatores externos. A manifestação expressa da Antaq, ao delimitar a incidência da taxa apenas quando houve culpa direta atribuída, tende a consolidar um entendimento regulatório que influenciará o Judiciário e poderá servir de jurisprudência administrativa, o que reforçará a segurança jurídica dos operadores de comércio exterior no Brasil.

Além da questão referente à responsabilidade, o acórdão 521/2025 versa a respeito da contagem do prazo de sobrestadia, ou seja, os dias de uso do contêiner além do free time contratual. A partir do acórdão, o prazo passa a ficar suspenso desde a primeira tentativa frustrada de devolução. Também foi instituído um rito sumário de composição em disputas, aumentando a previsibilidade, reduzindo os litígios e estabelecendo um precedente jurisprudencial útil para casos futuros.

A importância da decisão pode ser ilustrada por um caso real que ocorreu em 2023, no qual uma empresa no Brasil foi condenada a pagar US\$ 257 mil de multa por sobrestadia de um contêiner com US\$ 79 mil de mercadoria importada. O valor, impactante e desproporcional, decorreu de entraves operacionais e burocráticos que fugiam do alcance do importador, o que evidencia não somente a fragilidade do modelo anterior, mas também como fazia falta uma regulação clara e equilibrada sobre o tema.

Antes das medidas, a demurrage era um custo quase inevitável do importador, fruto de atrasos no desembaraço ou da falta de coordenação logística. Agora, a tendência é que as empresas ganhem estabilidade, clareza contratual e provável redução de prejuízos, reforçando práticas de compliance e governança no comércio exterior brasileiro.

Por sua vez, a Receita Federal, por meio da Comunicado Importação 074/2025, eliminou a necessidade de inserção de 1.611 atributos opcionais de um total de 2.292 atualmente existentes,

cerca de 70% do total, reduzindo burocracias e riscos cadastrais que podem acarretar atrasos procedimentais relacionados à mercadoria durante o desembaraço aduaneiro, impactando no tempo total da utilização do contêiner.



**João Casalatina é líder de comércio exterior do escritório Simões Pires**

**Felipe Chalegre é consultor de Comércio Exterior no**

Agora, com a atuação da Antaq e da Receita Federal, espera-se uma nova etapa para os operadores: regras mais claras, contratos mais justos e previsibilidade financeira. Para o importador, isso significa não apenas redução de prejuízos, mas também maior estabilidade, fortalecimento do compliance e governança mais robusta em operações de comércio exterior. Em síntese, trata-se de um avanço regulatório que redistribui responsabilidades de forma justa, fortalece a segurança jurídica e contribui para alinhar o Brasil às melhores práticas internacionais em logística e comércio exterior.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/08/2025

### **TECON SANTOS 10: ÁREA TÉCNICA DO TCU RECOMENDA LEILÃO EM ETAPA ÚNICA** *Por Danilo Oliveira Portos e logística 27/08/2025 - 20:19*



Parecer da AudPortoFerrovia orienta pelo estabelecimento de regras para venda de ativos em caso de algum dos atuais operadores de contêineres do complexo vencer disputa pelo futuro terminal

Técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou que o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) realize o leilão do Tecon Santos 10 em etapa única, sem vedar a participação das empresas que já operam contêineres no complexo portuário santista atualmente. A área técnica da Corte de Contas entendeu que as regras presentes na minuta

contrariam os princípios constitucionais da 'isonomia, eficiência e proporcionalidade'. O edital deverá incluir dispositivos que especifiquem medidas para reduzir os riscos concorrenciais ou, como alternativa, obriguem o desinvestimento para os incumbentes armadores caso um deles saia vencedor do certame.

Para essa hipótese, a recomendação da Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia) é que seja definido um prazo razoável para a conclusão da operação de venda dos ativos, assim como mecanismos que assegurem que o desinvestimento ocorra sem compartilhamento de informações sensíveis, além de cláusulas de enforcement para o desinvestimento. Atualmente, a Maersk e a TiL (MSC) operam a BTP, ao passo que a CMA CGM adquiriu recentemente o controle da Santos Brasil, que opera o Tecon Santos.

Uma das sugestões é que o ministério altere a minuta de contrato, estipulando que eventuais transferências societárias que possam configurar concentração de mercado sejam condicionadas à anuência prévia da Antaq e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), de modo a permitir a análise concreta de seus efeitos concorrenciais, em conformidade com os princípios da proporcionalidade, da livre concorrência e da livre iniciativa.

Outra orientação é no sentido de que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) estabeleça requisito de qualificação técnica operacional fundamentado e objetivamente compatível com a complexidade de operação do novo Tecon. Já a Autoridade Portuária de Santos (APS) deverá prever na solução de acesso rodoferroviário a viabilização de atendimento ferroviário ao terminal da BTP, com capacidade mínima de tratar em cada sentido (carga e descarga) o equivalente a 750 TEUs por dia, conectado ao Pátio do Valongo, da MRS, de modo a permitir o escoamento ferroviário eficiente aos dois Tecons da margem direita.

A AudPortoFerrovia também sugere que seja incluída nas obrigações do arrendatário, a obrigatoriedade de construção e manutenção na sua área interna de pátio ferroviário com capacidade mínima de tratar em cada sentido (carga e descarga) o equivalente a 900 TEUs/dia, excluindo a previsão de alternativa de pagamento de outorga adicional à autoridade portuária em caso de não disponibilização de conexão com o sistema ferroviário do porto.

Outra recomendação da área técnica do TCU é que o MPor insira, no edital e no contrato da licitação do Tecon 10, a previsão de atuação de organismo de inspeção acreditado especificamente para a obrigação de construção da infraestrutura do terminal de passageiros. O ministério também deverá adequar o quantitativo de dragagem previsto no Capex para a cota -17 metros (DHN) e altere uma das cláusulas da minuta contratual a fim de obrigar o arrendatário a obter a licença e executar o aprofundamento dos berços para a cota -17m da Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha.

A área técnica manifestou à Antaq que "a mudança substancial de critérios e parâmetros chave dos estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental [EVTEA] que norteiam a licitação de arrendamentos portuários sem sua submissão à nova audiência pública, como verificada nos autos, afronta os princípios da publicidade e da participação cidadã e a jurisprudência do TCU".

Os técnicos da Corte de Contas também apontaram para a APS que "fragilidades na gestão e planejamento das soluções para a melhoria da multimodalidade da infraestrutura portuária sob sua gestão, enquanto responsável legal e operacional por garantir a funcionalidade dos acessos e por planejar e fiscalizar a exploração dos portos e instalações portuárias, principalmente no tocante ao saneamento dos novos gargalos e da solução da passagens em nível no acesso aos terminais da margem direita, configura desrespeito aos princípios da economicidade e eficiência e aos valores da Lei 12.815/2013 [Lei dos Portos]".

O parecer determinou que a autoridade portuária estude, defina e implemente um conjunto de indicadores de performance, junto aos terminais portuários, operadores ferroviários e à FIPS (Ferrovia Interna do Porto de Santos). Esses indicadores, de acordo com a AudPortoFerrovia, deverão ser obrigatórios, buscando garantir os tempos de carga, descarga e operação dos trens.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 27/08/2025*

## ARTIGO - TECON SANTOS 10 E AS PREOCUPAÇÕES CONCORRENCIAIS

Por Gesner Oliveira Opinião 27/08/2025 - 20:28



Está em discussão no governo um projeto brownfield de arrendamento do chamado Tecon Santos 10, terminal localizado na margem direita do Porto de Santos e cuja área total é estimada em quase 622 mil metros quadrados. O valor do contrato de 25 anos é de mais de R\$ 44 bilhões e prevê investimentos da ordem de R\$ 5 bilhões no terminal. Sua importância para a logística brasileira é óbvia, mas o formato do leilão tem gerado muita polêmica.

O debate a respeito das "regras do jogo" para o leilão de arrendamento do Tecon Santos 10 ocorre via audiências públicas desde 2022. Diversos agentes já se manifestaram no processo. Na Audiência Pública nº 06/2022 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), foram recebidas 538 contribuições. Na nova Audiência Pública nº 02/2025 realizada pela agência, foram recebidas 513 contribuições, além de um total de 45 documentos.

Tenho acompanhado o caso desde 2022 e, na época, defendi publicamente, essencialmente, três pontos: (i) a integração vertical é uma tendência mundial que traz importantes eficiências; (ii) a análise concorrencial, focada então no cenário intraporto era demasiadamente restrita; e (iii) que havia mecanismos pelos quais as autoridades antitruste poderiam investigar possíveis práticas de self-preferencing. Uma das conclusões foi de que, diante daquele contexto, não fazia sentido restringir a competição além do já previsto na minuta de edital da Antaq.

Passados três anos da primeira audiência pública, o cenário mudou. De 2022 para cá, observou-se um processo de forte concentração no mercado brasileiro de contêineres: a soma das participações de mercado dos quatro primeiros players é superior a 75%. Além de elevado por si só, tal percentual

é sinal de alerta no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) no que tange ao risco de cartel. Por conta disso a autoridade antitruste costuma, com base no indicador “Concentration Ratio 4”, ou CR4, aprofundar a análise sobre a possibilidade de exercício de poder coordenado.

Destaca-se que tal concentração ocorre no cenário nacional, mais amplo que o intraporto adotado pela área técnica da Antaq na análise do Tecon Santos 10. Ou seja, por dois caminhos distintos – nacional ou intraporto – observou-se, nos últimos anos, uma consolidação do mercado de contêineres que justifica maiores preocupações concorrenciais.

É por esta razão que a recomendação sugerida pela Gerência de Regulação Portuária da autarquia foi um faseamento do leilão em duas fases: (i) em um primeiro momento, não poderiam participar os incumbentes no Porto de Santos (a saber: Maersk, MSC, DPW ou CMA CGM); e (ii) em um segundo momento, não havendo interessados na primeira fase, seria permitida a participação de incumbentes condicionada ao desinvestimento dos ativos que atualmente exploram.

Entendo que a solução proposta pela Antaq atende às preocupações concorrenciais existentes diante do atual cenário portuário brasileiro. Vale lembrar que em 2022, a agência já vislumbrava a necessidade de uma espécie de faseamento: a minuta do edital previa a restrição da participação da BTP (ou consórcio entre Maersk e MSC) em uma primeira etapa.

A adoção do desinvestimento dos incumbentes como condição para assumir o Tecon Santos 10 não garante a concorrência do mesmo modo que o faseamento. Como bem apontado pela área técnica da Antaq, tal opção tem o risco de não incrementar efetivamente o número de players em mercado tão relevante para o Brasil, podendo ocorrer mera consolidação do controle do terminal por antigo sócio ou mera substituição de agente econômico.

Em termos práticos, poderia ocorrer, por exemplo, de a MSC vencer o certame e transferir sua participação no terminal BTP à sua atual sócia Maersk, o que não resolveria a elevada concentração de mercado. Neste cenário, o CR4 superaria 80%. Ou seja, quem quisesse embarcar uma carga com qualquer operador portuário que não um dos quatro maiores, somente poderia recorrer a menos de 20% do mercado para fazê-lo.

Ao elencar o faseamento, a Antaq incentiva a entrada de um novo player, ou “Outsider”, cenário com o menor índice CR4 se comparado a um cenário no qual os incumbentes vençam e desinvistam seus ativos atuais. Em outras palavras: o faseamento incentiva o alcance do cenário com a menor preocupação possível a respeito de efeitos coordenados. Tal proposta mostrou-se necessária diante dos movimentos recentes no setor.

Desse modo, o modelo de faseamento proposto pela Antaq para o Tecon Santos 10 é coerente com o procedimento de 2022 e estimula a concorrência. Coerente porque antes já se vislumbrava um faseamento. E estimula a concorrência porque nem impede eventuais eficiências de verticalização, nem gera riscos de desinteresse pelo ativo, ao combinar as opções (ii) e (iii) aventadas pela área técnica da Antaq. Tive o prazer de apresentar esses pontos quando falei em nome da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) na audiência pública realizada no último 31 de julho pelo TCU sobre o Tecon Santos 10.



***Gesner Oliveira é sócio da GO Associados, ex-presidente do Cade e professor da FGV***

A concessão do Tecon Santos 10 com o devido estímulo à concorrência é uma oportunidade de ampliar a eficiência logística, atrair investimentos e consolidar o Brasil como hub estratégico na América Latina.



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 124/2025  
Página 51 de 51  
Data: 28/08/2025  
[www.mercosshipping.com.br](http://www.mercosshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)



### MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)

Este conteúdo também está disponível na [www.mercosshipping.com](http://www.mercosshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Fonte : InforMS  
Data: 28/08/2025